



Associação de Futebol do Algarve
Instituição de Utilidade Pública

REGULAMENTO DISCIPLINAR

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 1.º

Definições

1. Para efeitos disciplinares consideram-se, jogos oficiais:
 - a) os jogos integrados nas provas organizadas pela A.F.A.;
 - b) os jogos particulares integrados em torneios ou provas autorizados pela A.F.A.;
 - c) os jogos particulares em que intervenha árbitro designado pela A.F.A..
2. São equiparados a jogos oficiais os jogos, treinos e os estágios das selecções do Algarve.
3. Entende-se por Clubes as associações ou sociedades com fins desportivos, ainda que sob a forma de sociedade anónima desportiva.
4. Entende-se por Agentes Desportivos os membros de órgãos sociais, dos órgãos técnicos, das comissões eventuais da A.F.A., e dos seus sócios ordinários, dirigentes de clubes, delegados, observadores de árbitros, árbitros, jogadores, treinadores, preparadores físicos, secretários técnicos, seccionistas, médicos, massagistas, auxiliares técnicos, assistentes de campo, assessores, empregados, coordenadores de segurança, assistentes de recinto desportivo e outros intervenientes no espectáculo desportivo, incluindo os espectadores.
5. Entende-se por Complexo Desportivo o conjunto de terrenos, construções e instalações destinados à prática desportiva, compreendendo espaços reservados ao público e estacionamento de viaturas, bem como os arruamentos privados e dependências anexas necessárias ou úteis ao funcionamento do conjunto.
6. Entende-se por Limites Exteriores ao complexo desportivo o perímetro de 200 metros em redor do limite do complexo desportivo.
7. Entende-se por Recinto Desportivo o espaço destinado à prática do futebol ou futsal com carácter de permanência, englobando as estruturas que lhe garantem a afectação e funcionalidade e os lugares reservados a assistentes sob controlo de entrada.
8. Entende-se por Terreno de Jogo a superfície onde se desenrola a competição, incluindo as zonas de protecção definidas de acordo com os regulamentos internacionais da prática do futebol e do futsal.
9. Entende-se por Coordenador de Segurança o elemento com habilitações e formação técnica adequadas, designado pelo promotor do espectáculo desportivo como responsável operacional pela segurança privada no recinto desportivo e anéis de segurança para, em cooperação com as forças de segurança, os serviços de emergência médica, a Autoridade Nacional de Protecção Civil (ANPC) e os bombeiros, bem como com o organizador da competição desportiva, chefiar e coordenar a atividade dos assistentes de recinto desportivo e voluntários, caso existam, bem como zelar pela segurança no decorrer do espectáculo desportivo.
10. Entende-se por Assistente de Recinto Desportivo o vigilante de segurança privada especializado, direta ou indiretamente contratado pelo promotor do espectáculo desportivo, com as funções, deveres e formação definidos na legislação aplicável ao exercício da atividade de segurança privada.

Artigo 2.º

Infracção disciplinar

1. Considera-se infracção disciplinar o facto voluntário praticado pelos clubes, jogadores, dirigentes, treinadores, preparadores físicos, secretários técnicos, auxiliares técnicos, árbitros, delegados técnicos, médicos, massagistas, empregados e demais intervenientes no espectáculo desportivo, e bem assim os espectadores, que violem os deveres previstos nos Regulamentos Desportivos e demais legislação aplicável.
2. A responsabilidade disciplinar objectiva é imputável apenas nos casos expressamente previstos.

3. Os membros de qualquer órgão da A.F.A. têm o dever de participar factos de que tenha conhecimento e sejam susceptíveis de constituir infracção disciplinar.
4. As pessoas singulares referidas no n.º 4 do artigo 1.º serão sempre punidas pelas faltas cometidas durante o tempo em que desempenhem as respectivas funções ou exerçam os respectivos cargos, ainda que deixem de desempenhar ou passem a exercer outras.
5. Constitui infracção disciplinar grave o não cumprimento de obrigações financeiras assumidas ou resultantes de inscrições em prova, de jogadores ou quaisquer outros agentes desportivos, taxas de arbitragem ou participação competitiva.

Artigo 3.º

Titularidade do poder disciplinar

O poder disciplinar é exercido pelo Conselho de Disciplina da A.F.Algarve, e pelo Conselho de Justiça da A.F.Algarve, relativamente às infracções praticadas pelos Clubes e demais agentes referidos no n.º 4 do artigo 1.º.

Artigo 4.º

Tipo de infracções

As infracções disciplinares classificam-se em leves, graves, e muito graves.

Artigo 5.º

Autonomia do regime disciplinar desportivo

1. O regime disciplinar desportivo é independente da responsabilidade civil ou penal, assim como do regime emergente das relações laborais ou estatuto profissional.
2. A A.F.Algarve oficiosamente ou a instância de qualquer interessado, deverá comunicar ao Ministério Público e demais entidades competentes as infracções que possam revestir natureza criminal ou contra-ordenacional.
3. O conhecimento pela A.F.A. de decisão judicial condenatória, transitada em julgado, pela prática de infracção que revista também natureza disciplinar, obriga à instauração de procedimento disciplinar, excepto se o mesmo já estiver prescrito.

Artigo 6.º

Princípio da legalidade

1. Só pode ser punido disciplinarmente o facto descrito e declarado passível de pena por Lei ou Regulamento anterior ao momento da sua prática.
2. Não é permitida a analogia para qualificar o facto como infracção disciplinar.

Artigo 7.º

Aplicação no tempo

1. As penas são determinadas pelas Leis ou Regulamentos vigentes no momento da prática do facto.
2. A infracção disciplinar prevista na Lei ou Regulamento vigentes no momento da sua prática deixa de ser punível se a Lei ou norma aplicável a não qualificar como falta; no caso de já ter havido condenação, ainda que transitada em julgado, cessa a respectiva execução.
3. Quando as disposições disciplinares vigentes no momento da prática do facto punível forem diferentes das estabelecidas em Leis ou Regulamentos posteriores, será sempre aplicado o regime que concretamente se mostre mais favorável ao agente, salvo se este já tiver sido condenado e se mostrar cumprida a pena.

4. O presente Regulamento será aplicável aos factos puníveis que venham a ser praticados após a sua entrada em vigor.

Artigo 8.º

Proibição da dupla sanção

Ninguém pode ser punido mais que uma vez pela prática dos mesmos factos.

Artigo 9.º

Do recurso

Das deliberações do Conselho de Disciplina cabem recurso de revisão para o mesmo Órgão, em caso de processos sumários, ou recurso de anulação para o Conselho de Justiça da A.F.A., aquando de processos disciplinares, nos termos previstos no presente Regulamento.

Artigo 10.º

Modalidades da infracção disciplinar

1. A infracção disciplinar é punível tanto por acção como por omissão.
2. São puníveis a falta consumada e a tentativa.
3. Há tentativa quando o agente dá princípio de execução ao facto que constitui infracção e não se produz o resultado por causa que não seja a própria e voluntária desistência.

Artigo 11.º

Extinção da responsabilidade

1. A responsabilidade disciplinar extingue-se por:
 - a) Cumprimento da pena;
 - b) Prescrição do poder disciplinar;
 - c) Prescrição da pena;
 - d) Morte do infractor ou dissolução dos clubes;
 - e) Revogação da pena;
 - f) Amnistia.

Artigo 12.º

Prescrição do procedimento disciplinar

1. O direito de exigir responsabilidade disciplinar prescreve ao fim de três meses, um ano ou três anos, consoante as faltas sejam, respectivamente, leves, graves ou muito graves, sobre a data em que a falta tenha sido cometida, salvo o disposto nos números seguintes.
2. Se o facto qualificado de infracção disciplinar for também considerado infracção penal, o prazo de prescrição será o mais elevado dos dois.
3. O prazo de prescrição começa a contar-se desde o dia em que o facto se consumou, excepto se o facto constituir igualmente crime, caso em que o prazo de prescrição se começa a contar da data do trânsito em julgado da decisão proferida no processo penal.
4. A prescrição suspende-se no momento em que é registado o conhecimento da eventual infracção, voltando a correr o prazo se o expediente ou o processo disciplinar permanecerem parados por mais de seis meses por causa não imputável ao arguido.
5. A prescrição interrompe-se com a instauração de processo de inquérito ou disciplinar bem como com qualquer notificação ao arguido.

Artigo 12.º A
Homologação tácita de resultados

1. O resultado de um jogo considera-se tacitamente homologado, quinze dias após a sua realização, desde que em resultado do mesmo não seja apresentada qualquer reclamação ou protesto, pelo que o conhecimento de infracções disciplinares ocorrido depois desse prazo não terá quaisquer consequências relativamente a esse jogo e tabela classificativa, ficando os infractores unicamente sujeitos às penas disciplinares previstas e aplicáveis para os ilícitos que vierem a ser provados, e aplicando-se o agravamento para o dobro das multas a aplicar ao Clube.
2. O prazo previsto no número anterior suspende-se, pelo prazo de seis meses, sempre que seja apresentado protesto ou reclamação, entendendo-se esta como qualquer escrito apresentado na A.F.A. que tenha por fim pôr em crise o resultado do jogo, desde que na sequência da mesma venha a ser instaurado processo de inquérito e ou disciplinar.
3. Se se vier a provar a infracção referida no número anterior, relativamente ao Clube que venceu a prova, este perderá o título, o qual não será atribuído nessa época.

Artigo 13.º
Prescrição das penas

As penas prescrevem ao fim de seis meses, um ano ou três anos, consoante se trate das que correspondam a infracções leves, graves ou muito graves, começando a correr o prazo de prescrição a partir do dia seguinte àquele em que transitou em julgado a decisão condenatória ou da interrupção do cumprimento da sanção.

Artigo 14.º
Amnistia

1. A amnistia extingue o procedimento disciplinar e no caso de já ter havido condenação, faz cessar a execução tanto da pena principal como das penas acessórias.
2. No caso de concurso de infracções, a amnistia é aplicável a cada uma das infracções a que foi concedida.
3. A amnistia não determina o cancelamento do registo da pena e não destrói os efeitos já produzidos pela aplicação da mesma.
4. A amnistia não extingue a responsabilidade civil, nem a obrigatoriedade de indemnização.

Artigo 14.º-A
Deveres gerais

1. Todas as pessoas e entidades sujeitas ao presente Regulamento devem agir em conformidade com os princípios da ética, da defesa do espírito desportivo, da verdade desportiva, da lealdade e da probidade.
2. Todos os intervenientes têm o dever de colaborar de forma a prevenir comportamentos antidesportivos, designadamente violência, dopagem, corrupção, racismo, xenofobia ou qualquer outra forma de discriminação, devendo, para esse efeito, abster-se de efectuar declarações públicas que ponham em causa a sua observância, bem como declarações desprimorosas relativamente a órgãos da estrutura desportiva e a pessoas a eles relacionados.

Artigo 15.º

Notificações

1. Toda a deliberação ou providência que afecte os interessados em procedimento disciplinar desportivo será notificada àqueles no prazo mais breve possível, sem prejuízo do prazo prescricional.
2. Para efeitos de suspensão preventiva automática e para efeitos de julgamento em processo sumário, a assinatura da ficha técnica por parte do Delegado do clube ao Jogo vale como efectiva notificação dos arguidos relativamente à matéria disciplinar que naquele tenha sido assinada pelo árbitro.
3. As notificações aos árbitros e delegados técnicos serão efectuadas para o seu domicílio conhecido, através de via postal, ou através de e-mail oficial a ser criado pela A.F. Algarve e devida e atempadamente comunicados aos árbitros, ou ainda através do sítio da Internet da A.F.A. (www.afalgarve.pt), sendo consideradas recebidas por via postal no 1º dia útil seguinte ao 3º dia posterior à data da carta, considerando-se as restantes notificações, recebidas no próprio dia em que foram efectuadas.
4. As notificações aos arguidos e demais interessados serão efectuadas através de carta registada, ou telecópia ou através de e-mail, ou ainda através do sítio da Internet da A.F.A. www.afalgarve.pt, para o Clube a que pertencem e presumem-se efectuadas, quando por carta registada no primeiro dia útil seguinte ao terceiro dia posterior à data do registo, considerando-se as restantes notificações recebidas no próprio dia em que forem efectuadas.

Artigo 15.º-A

Notificações através da Internet

1. Os comunicados oficiais com relevância disciplinar são publicados na Internet no site oficial da A.F.A. (www.afalgarve.pt).
2. A publicação por extracto na Internet de decisões condenatórias em qualquer procedimento disciplinar vale para efeitos de trânsito em julgado nos casos em que, sendo devida, não tenha sido conseguida a notificação por motivos que não sejam imputáveis à A.F.A.

Artigo 16.º

Contagem dos prazos

1. Os prazos previstos no presente Regulamento são peremptórios e correm ininterruptamente.
2. Se o último dia do prazo terminar num Sábado, Domingo ou dia feriado, ou ainda em dia em que, por qualquer motivo os serviços da Associação de Futebol do Algarve se encontrem encerrados, aquele transfere-se para o primeiro dia útil seguinte.
3. Os actos só podem, no entanto ser praticados fora de prazo, no caso de justo impedimento, não tendo aplicação o nº 5 do artigo 145º do Código do Processo Civil.
4. – Nos processos urgentes ficam sempre reduzidos a 4 dias os prazos que tenham maior duração, nomeadamente nos casos seguintes:
 - a) Na contestação ou resposta à nota de culpa;
 - b) Na interposição de recurso para o Conselho de Justiça e nas alegações de recorrido;
 - c) Na reclamação;
5. A redução prevista no nº 4 é excepcionalmente aplicável a todos os prazos processuais cuja notificação seja enviada entre o dia 1 de Março e o dia do final da época desportiva em curso.
6. A classificação de processo urgente deve constar de todas as notificações, com referência ao presente artigo e ao encurtamento dos prazos.

CAPÍTULO II

DAS PENAS, DO SEU CUMPRIMENTO E DOS SEUS EFEITOS

SECÇÃO I DAS PENAS

Artigo 17.º Aos Clubes

As penas aplicáveis aos Clubes pelas infracções disciplinares que cometerem são:

- a) Multa;
- b) Indemnização;
- c) Suspensão;
- d) Impedimento;
- e) Derrota;
- f) Interdição temporária do campo de jogos;
- g) Realização de jogo à porta fechada;
- h) Desclassificação;
- i) Baixa de divisão.

Artigo 18.º

Aos jogadores, dirigentes, delegados, treinadores e outros

As penas aplicáveis aos jogadores, dirigentes, delegados, treinadores, auxiliares técnicos, médicos, massagistas, funcionários e outros intervenientes no espectáculo desportivo pelas infracções disciplinares que cometerem são:

- a) Advertência;
- b) Repreensão por escrito;
- c) Multa;
- d) Suspensão;
- e) Impedimento.

Artigo 19.º

Aos árbitros e delegados técnicos

As penas aplicáveis aos árbitros e delegados técnicos pelas infracções disciplinares que cometerem são:

- a) Advertência;
- b) Repreensão por escrito;
- c) Multa;
- d) Suspensão

SECÇÃO II

DO CUMPRIMENTO E EFEITOS DAS PENAS

Artigo 20.º

Das penas de advertência e repreensão por escrito

1. A pena de advertência pode ser aplicada nas faltas leves, com o intuito de aperfeiçoamento da conduta do infractor, podendo apenas ser aplicada uma vez em cada dois anos, desde que nesse espaço temporal não tenha sido aplicada pena mais gravosa por factos idênticos.
2. A pena de repreensão por escrito pode ser aplicada nas faltas leves e graves, mas só a quem não tenha tido qualquer repreensão ou pena mais grave nos últimos 2 anos, por factos contidos na mesma disposição legal.
3. As penas referidas nos números anteriores não podem ser agravadas, nem as respectivas infracções constituir agravamento especial da medida de outras penas.

Artigo 21.º

Da pena de multa

1. A pena de multa, para além de sanção principal, poderá ter natureza acessória.
2. As multas são pagas da seguinte forma:
 - a) O pagamento das multas deve ser efectuado na tesouraria da Associação de Futebol do Algarve, no prazo de 20 (VINTE) dias a contar da sua notificação ou, caso o seu montante seja igual ou inferior a € 25,00, a contar da data da publicação do mapa de castigos ou de deliberações da A.F.A.
 - b) As multas de valor igual ou inferior a € 25,00 são agravadas em 50% de imediato descontadas na conta corrente do Clube que por elas seja directa ou solidariamente responsável, se o pagamento respectivo não for realizado no prazo regulamentado.
3. Se o pagamento não for efectuado dentro do prazo fixado no número anterior, serão essas multas agravadas em cinquenta por cento e os remissos notificados para efectuar na Tesouraria da Associação de Futebol do Algarve, o pagamento no prazo de 5 (CINCO) dias.
4. A falta de pagamento da multa agravada dentro do prazo fixado no número anterior impede os remissos, automática e independentemente de qualquer notificação, de participar em provas oficiais, no caso dos Clubes, e para o desempenho de qualquer actividade ao serviço de organismos desportivos no caso de agentes referidos no nº 5 do artigo 1º, até que esse pagamento se mostre efectuado na tesouraria da Associação de Futebol do Algarve.
5. Sem prejuízo do disposto neste Regulamento ou em regulamentação especial, as disposições aplicáveis à falta de pagamento de multas são correspondentemente aplicáveis a falta de pagamento de quaisquer outras quantias devidas à Associação de Futebol do Algarve ou a algum dos seus sócios ordinários.
6. Pelo pagamento das multas aplicadas aos agentes referidos no n.º 5 do artigo 1.º responde solidariamente o Clube a que pertençam, ao qual será aplicada a sanção prevista no número anterior.
7. O impedimento de participação em provas oficiais aplicadas aos Clubes tem o efeito de se considerar como falta de comparência injustificada ao jogo ou jogos em que o Clube não possa participar por falta desse pagamento.
8. No decorrer da época desportiva, o Clube considera-se impedido de participar em provas oficiais no escalão etário cuja infracção originou o impedimento.
9. Finda a época desportiva o impedimento será extensivo ao Clube, independentemente dos escalões etários que possua.

Artigo 22º
Da sanção de suspensão

1. A sanção de suspensão de agente desportivo importa a proibição do exercício da atividade desportiva na qual a infração que a originou foi cometida, por um período de tempo ou de jogos oficiais, podendo tornar-se extensiva a qualquer outra atividade desportiva que o infrator pratique.
2. Os agentes desportivos podem ser suspensos preventivamente, automaticamente ou não, nos termos do presente Regulamento.
3. A sanção de suspensão por período de tempo impede qualquer agente desportivo de exercer, durante esse período, qualquer cargo ou atividade desportiva nas competições que se encontrem sujeitas ao poder disciplinar da A.F.A. ou da F.P.F., ainda que a sanção tenha sido aplicada por órgão disciplinar de associação regional ou distrital, e inabilita-os, em especial, para o exercício das funções de representação no âmbito das competições e das relações oficiais com a F.P.F. e com as associações regionais ou distritais de futebol.
4. Os agentes desportivos suspensos não podem, durante a suspensão, estar presentes na zona técnica dos recintos desportivos em que se disputem jogos oficiais integrados nas competições organizadas pela A.F.A. ou pela F.P.F., tal como definida no regulamento da respetiva competição, desde duas horas antes do início de jogo oficial e até sessenta minutos após o seu termo.
5. A sanção de suspensão por período de tempo é cumprida de forma contínua, independentemente da época desportiva em que se tenha iniciado e de o agente desportivo estar ou não inscrito.
6. A sanção de suspensão tem início com a notificação ao agente desportivo e ao clube que ele representa, quando aplicável, valendo para efeitos de cumprimento da sanção a notificação feita ao clube.
7. Se o infrator exercer funções em organismo nacional de outra modalidade desportiva é a este remetida cópia do processo, a fim do órgão jurisdicional competente apreciar da eventual extensão da sanção de suspensão.
8. A extensão da sanção de suspensão determinada por órgão jurisdicional de outra federação é apreciada casuisticamente atendendo à gravidade da infração, ao passado desportivo do infrator e a outras circunstâncias consideradas relevantes.
9. A suspensão preventiva sofrida pelo agente desportivo é descontada por inteiro no cumprimento da sanção disciplinar.
10. Para efeitos do número anterior, e quanto à suspensão por número de jogos oficiais, contam os jogos oficiais realizados pelo clube, durante o período de suspensão preventiva, nos quais não pode participar o jogador suspenso, nos termos do artigo 40.º

Artigo 23.º
Da suspensão preventiva automática de agentes desportivos

1. Os agentes desportivos ficam automaticamente suspensos preventivamente quando o árbitro mencione na ficha técnica que os mesmos foram expulsos ou considerados expulsos antes, durante ou após a realização de jogo oficial, não sendo necessária outra notificação para além desta menção.
2. Os agentes desportivos expulsos consideram-se igualmente suspensos preventivamente de forma automática sempre que o delegado ao jogo do clube ou quem o substitua não assine a ficha técnica de jogo, devendo o árbitro fazer constar esse facto no relatório do jogo, não entregando ao delegado do clube os cartões licença dos agentes desportivos expulsos ou considerados como tal, remetendo-os à A.F.A.

3. A suspensão preventiva automática de agente desportivo cessa com a notificação da instauração de processo disciplinar ou da decisão disciplinar relativa aos factos que a motivaram, não podendo ser superior a 12 dias a contar da data do jogo em que ocorreu a expulsão, salvo o disposto no número seguinte.
4. Se o Conselho de Disciplina da A.F.A. considerar insuficientes os elementos constantes do relatório do jogo para qualificar e sancionar a falta, pode prolongar, mediante notificação, a suspensão preventiva automática do agente desportivo até ao máximo de 20 dias.
5. Quando a infração for cometida em jogos realizados no estrangeiro ou em jogo oficial particular ou amigável, a suspensão preventiva apenas se inicia com a prévia notificação da mesma pelo Conselho de Disciplina da A.F.A.

Artigo 23.º - A

Da suspensão preventiva não automática

1. A suspensão preventiva não automática é ordenada quando se mostrar necessária ao apuramento da verdade ou for imposta pela salvaguarda da autoridade ou prestígio da organização desportiva do futebol, sendo independente da suspensão preventiva automática.
2. A suspensão preventiva não automática de um agente desportivo depende de decisão prévia do órgão disciplinar a quem compete julgar a infração e inicia-se com a respetiva notificação ao visado.
3. A suspensão preventiva não automática caduca ao fim de 30 dias a contar da notificação.

Artigo 23.º - B

(Do cumprimento por jogadores da sanção de suspensão)

1. A sanção de suspensão por jogos oficiais aplicada a jogadores é cumprida na competição em que foi aplicada e no decurso da época desportiva em que a decisão que a aplicou se tornar executória.
2. Caso não seja possível cumprir a sanção, na própria época desportiva, na competição em que foi aplicada, o jogador cumpre-a, nessa época, em jogo integrado nas competições organizadas pela A.F.A. ou pela F.P.F. no qual participe a equipa do clube que atua na competição em que foi cometida a infração ou, não sendo também possível, em jogo integrado nas competições organizadas pela A.F.A. ou pela F.P.F. para o qual esteja habilitado.
3. Se a sanção de suspensão por jogos oficiais não for totalmente cumprida na época em que foi aplicada, é cumprida na época ou épocas subseqüentes na competição em que o jogador foi sancionado, começando ou continuando a contar o número de jogos oficiais a partir da data em que o jogador estiver inscrito ou tiver renovado a sua inscrição.
4. Para efeitos do número anterior, quando a sanção não possa ser cumprida na mesma competição, a sanção de suspensão por jogos oficiais é cumprida nas competições organizadas pela A.F.A. ou pela F.P.F. nas quais participe a equipa do clube da categoria para a qual o jogador está habilitado.
5. Para efeitos de cumprimento da sanção de suspensão por jogos oficiais, contam os jogos oficiais que não se tenham realizado por motivo imputável exclusivamente ao clube adversário, bem como os jogos oficiais não homologados ou não concluídos, não podendo, neste caso, o jogador que estava suspenso nesse jogo participar no jogo de repetição ou complemento, quando aplicável.
6. Salvo o disposto no número anterior, um jogo oficial que não se realize não conta para efeitos de cumprimento da sanção de suspensão por jogos oficiais.
7. O cumprimento da sanção de suspensão por jogos oficiais relativa a jogadores que se encontrem inscritos em clubes participantes nas competições organizadas pela LPFP é objeto de regulamentação autónoma.
8. A sanção de suspensão por jogos oficiais aplicada na sequência de infração disciplinar praticada em competição de futebol de praia é cumprida exclusivamente na competição em que foi aplicada e no decurso da época desportiva em que a decisão que a aplicou se tornar executória.

9. A sanção de suspensão de 1 jogo oficial aplicada na sequência da prática da infração de acumulação de cartões amarelos na mesma competição é cumprida exclusivamente na competição em que foi aplicada e no decurso da época desportiva em que a decisão que a aplicou se tornar executória.

10. A sanção de suspensão por jogos oficiais aplicada por órgão disciplinar da A.F.A. ou F.P.F. na sequência de infração disciplinar que não seja praticada em jogo integrado nas competições organizadas pela A.F.A. ou F.P.F. terá os efeitos previstos na norma ou regulação respetivas.

11. Quando forem aplicadas ao jogador, cumulativa ou sucessivamente, as sanções de suspensão por jogos oficiais e por período de tempo, estas cumprem-se pela ordem da sua aplicação e, se forem aplicadas na mesma decisão, cumpre-se primeiro a sanção de suspensão por jogos oficiais e sucessivamente a sanção de suspensão por período de tempo.

Artigo 24.º

Da suspensão dos Clubes

A pena de suspensão aplicada aos Clubes tem como efeito impedi-los de participar na categoria idêntica àquela em que a falta foi cometida recomeçando a actividade, após o cumprimento da pena, na última divisão dessa categoria.

Artigo 25.º

Do impedimento

1. Não serão registados novos contratos e compromissos desportivos ou renovados os existentes, dos Clubes e demais agentes desportivos na situação de impedidos.

2. Os Clubes com dívidas que se encontrem na situação de impedidos de participar em provas oficiais, só poderão filiar-se e inscrever-se em qualquer prova depois de pagas as importâncias que motivaram esses impedimentos.

3. Se o impedimento referido no número anterior se verificar no decurso da época aplicar-se-á o disposto no artigo 21.º.

4. O não pagamento, na data de vencimento ou na data determinada pela Direção em caso de admissão de pagamento posterior ou faseado, dá lugar ao pagamento de uma penalização no valor de 20% do valor em dívida.

5. Verificado o incumprimento, a Direção comunica ao Conselho de Disciplina a existência da dívida, o valor em dívida, a data de vencimento ou determinada para pagamento e a prova ou competição a que respeita.

6. Independentemente de qualquer verificação, o Conselho de Disciplina, no prazo de dois dias, notifica o clube em causa para pagar, no prazo de cinco dias, a dívida acrescida de 20%.

7. O não pagamento integral da dívida acrescida de 20% no referido prazo de cinco dias, determina o imediato e automático impedimento do clube a participar na prova ou competição em causa, sem necessidade de qualquer outra interpelação.

8. O impedimento só será levantado quando o clube faça prova do pagamento integral da quantia em dívida e do acréscimo de 20% ou quando a Direção comunique ao Conselho de Disciplina o levantamento do impedimento.

Artigo 26.º

Da pena de derrota

1. A pena de derrota importa as seguintes consequências:

a) Faz perder ao Clube castigado, na tabela classificativa, os pontos correspondentes ao jogo a que a falta disser respeito, os quais serão atribuídos ao Clube adversário.

b) No caso de a pena ser imposta por qualquer falta ou infracção que não seja o abandono de campo, o Clube declarado vencedor beneficiará de um resultado de 3 a 0, salvo se tiver conseguido no campo uma diferença de golos superior a 3, caso em que o resultado será de X a 0, representando X essa diferença.

c) No caso de a pena ser imposta por abandono de campo, o Clube declarado vencedor beneficiará de um resultado de 5 a 0, salvo se o abandono se verificar no decorrer de um jogo em que o Clube declarado vencedor estiver a ganhar por uma diferença de golos superior a 5, beneficiando nesse caso do resultado de X a 0, representando X aquela diferença.

d) No caso de a pena de derrota ser imposta a ambos os Clubes, não serão atribuídos pontos a qualquer deles, aplicando-se as alíneas b) ou c).

2. Se a prova for a eliminar, a uma ou a duas mãos, a pena de derrota aplicada a um dos Clubes, relativamente a qualquer jogo de eliminação, implica a qualificação do adversário.

Artigo 27.º

Da pena de indemnização

1. A pena de indemnização consiste no pagamento pelos infractores de uma quantia pecuniária como reparação dos danos patrimoniais causados, nos casos previstos no presente Regulamento.

2. Pelo pagamento das indemnizações devidas pelos agentes referidos no n.º 5 do artigo 1.º responde solidariamente o Clube a que pertençam, sendo de vinte dias a contar da notificação, o prazo para o seu pagamento na Tesouraria da Associação de Futebol do Algarve.

3. O não pagamento das indemnizações devidas no prazo fixado no número anterior implica o imediato impedimento dos remissos com as consequências previstas no artigo 21.º.

Artigo 28.º

Da pena de interdição

1. A pena de interdição temporária do campo de jogos será computada em jogos oficiais e terá os seguintes efeitos:

a) Impede o Clube castigado de disputar jogos no seu campo ou considerado como tal, relativas às categorias em que a falta for cometida;

b) Obriga o Clube castigado a disputar os jogos acima referidos em campo neutro a designar pela Direcção da Associação de Futebol do Algarve, nos termos da regulamentação e leis vigentes;

c) Obriga o Clube castigado a indemnizar o Clube adversário nos termos da regulamentação vigente;

d) Sujeita os sócios do Clube sancionado ao pagamento do bilhete de ingresso de público normal;

e) Obriga o Clube sancionado a indemnizar o Clube proprietário ou arrendatário do campo utilizado, nos termos regulamentares;

f) Nos jogos por eliminatórias, obriga o Clube castigado a disputar o jogo no campo do adversário ou em campo neutro, no caso daquele campo também se encontrar interdito.

2. A pena de interdição temporária do campo de jogos de um Clube, que não seja totalmente cumprida dentro da época em que foi aplicada, sê-lo-á na época ou épocas seguintes na respectiva competição em que o Clube sancionado se encontre.

3. O Clube que ascenda a provas nacionais ou desça às provas regionais, durante o cumprimento da pena de interdição de campo, cumpre ou completa o cumprimento da mesma pena com referência aos jogos oficiais que lhe caiba disputar no seu campo na sua nova divisão (quer nacional quer distrital).

4. Os jogos não homologados contam para efeitos de cumprimento de pena de interdição temporária de campo de jogos, por parte dos Clubes, mas se forem mandados repetir, o jogo de repetição será realizado em campo neutro a designar pela Direcção da Associação de Futebol do Algarve.

5. Contam para o cumprimento da pena de interdição temporária de campo de jogos aplicada a um Clube, os jogos em que seja averbada a falta de comparência apenas ao Clube adversário.

6. Qualquer jogo de interdição cumprido preventivamente será sempre tido em conta na pena a aplicar.

Artigo 29.º

Da pena de Realização do Jogo à Porta Fechada

1. A pena de realização de jogo à porta fechada é cumprida pelo Clube nos jogos em que actue como visitado.
2. Para efeito de cumprimento da pena não contam os jogos realizados em campo neutro ou neutralizado.
3. Nos jogos realizados à porta fechada apenas podem aceder ao recinto desportivo:
 - a) Os Dirigentes dos Clubes intervenientes;
 - b) O Delegado ao Jogo da F.P.F. e o Observador de Árbitros;
 - c) As entidades que nos termos do Regulamento das Provas Oficiais têm direito a reserva de camarote;
 - d) Os representantes dos órgãos de comunicação social.
 - e) As restantes pessoas autorizadas nos termos regulamentares a nele aceder e permanecer.

Artigo 30.º

Da pena de desclassificação

A pena de desclassificação importa as consequências seguintes:

1. NAS PROVAS POR PONTOS:

- a) O Clube não poderá prosseguir na prova perdendo, conseqüentemente, todos os pontos correspondentes aos jogos que disputou, os quais não serão, porem atribuídos aos adversários. Para efeitos de classificação na prova o Clube ficará a constar em último lugar com 0 (ZERO) pontos.
- b) O Clube que independentemente dos efeitos da desclassificação já baixe de divisão, será ainda suspenso por uma época.

2. NOS JOGOS A ELIMINAR:

A atribuição de vitória ao Clube adversário com as consequências previstas no n.º 2 do artigo 26.º.

Artigo 31.º

Da pena de baixa de divisão

A pena de baixa de divisão tem por efeito a descida do Clube à divisão inferior na época seguinte, caso exista.

CAPÍTULO III

DA MEDIDA E GRADUAÇÃO DAS PENAS

SECÇÃO I DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 32.º

Determinação da medida da pena

Na aplicação das penas atender-se-á aos critérios gerais enunciados no presente Regulamento, ao grau de culpa e a todas as circunstâncias em que a infracção tiver sido cometida, que militem contra ou a favor do infractor, tendo ainda em conta as exigências de prevenção de futuras infracções disciplinares.

Artigo 33.º
Circunstâncias agravantes

1. Constituem especiais circunstâncias agravantes de qualquer infracção disciplinar:
 - a) A reincidência;
 - b) A acumulação de faltas; c) A premeditação;
 - d) O conluio para a prática da infracção.
2. Há reincidência quando o infractor, tendo sido punido por decisão transitada em julgado em consequência da prática de uma infracção disciplinar, cometer outra de igual natureza, dentro da mesma época.
3. Verifica-se acumulação de faltas quando duas ou mais infracções são praticadas na mesma ocasião ou quando uma ou mais são cometidas antes de ser punida a anterior.
4. A premeditação consiste na frieza de ânimo, na reflexão sobre os meios empregues ou no protelamento da intenção da prática da infracção.
5. Há conluio quando o infractor, por qualquer forma, presta auxílio material ou moral a outrem para a prática da infracção disciplinar.
6. O disposto nos números anteriores não é aplicável às infracções sancionadas com pena de advertência e repreensão por escrito, relativamente às quais a eventual reincidência implica, por acumulação, a suspensão por jogos oficiais, cujo cumprimento determina o imediato cancelamento das faltas que as motivaram e um novo cômputo.

Artigo 34.º
Circunstâncias atenuantes

1. Constituem especiais circunstâncias atenuantes de qualquer infracção disciplinar:
 - a) Ser o arguido juvenil ou de escalão etário inferior;
 - b) O bom comportamento anterior;
 - c) A confissão espontânea da prática da infracção;
 - d) A prestação de serviços relevantes ao Futebol;
 - e) O louvor por mérito desportivo.
2. Além destas, poderão excepcionalmente ser consideradas outras atenuantes, quando a relevância o justifique.
3. Poderá excepcionalmente baixar-se o mínimo da pena aplicável quando se verificarem circunstâncias atenuantes de especial relevância.
4. Aquando da primeira infracção disciplinar prevista num determinado artigo, os limites objectivos das penas de multa aplicáveis aos clubes e demais agentes desportivos são reduzidas nos termos seguintes:
 - a) Caso a infracção disciplinar seja praticada numa prova da categoria de Juniores, Juvenis ou Iniciados, a pena é reduzida para metade;
 - b) Caso a infracção disciplinar seja praticada numa prova de categoria de Infantis ou escalão etário inferior, a pena é reduzida para um terço.

**SECÇÃO II GRADUAÇÃO
DAS PENAS**

Artigo 35.º
Graduação geral das penas

1. Quando se verificar qualquer das circunstâncias referidas no artigo 33.º, a penas serão agravadas em um terço nos respectivos limites, mínimo e máximo, da medida regulamentar da pena.
2. Concorrendo simultaneamente circunstâncias agravantes com circunstâncias atenuantes, a pena será agravada ou atenuada dentro dos limites da sua medida regulamentar, conforme uma ou outra predominem.

Artigo 36.º
Graduação especial das penas

1. Verificando-se qualquer das circunstâncias mencionadas nas alíneas a) e b) do n.º1 do artigo 33.º, a agravação será determinada de harmonia com as regras seguintes, excepto nos casos especialmente previstos:

a) No caso de reincidência elevar-se-á em um terço o limite mínimo da pena aplicável, se as circunstâncias da infracção mostrarem que a condenação ou condenações anteriores não constituíram suficiente prevenção contra as infracções;

b) No caso de acumulação de faltas, a pena única aplicável terá como limite superior a soma das penas aplicáveis às várias infracções, sem que se possa exceder o limite máximo da pena correspondente à infracção mais grave acrescida de um terço.

2. A pena ou penas de multa serão sempre acumuladas materialmente entre si e com outras penas.

Artigo 36.º- A
Acumulação de infracções e cúmulo de sanções

1. A acumulação de infracções verifica-se quando duas ou mais infracções são praticadas na mesma ocasião ou quando uma ou mais são cometidas em ocasiões diferentes ou antes de a anterior ser sancionada por decisão definitiva.

2. As sanções concretamente determinadas são sempre cumuladas materialmente entre si e com outras sanções.

3. Todas as infracções devem ser processadas num único processo e, se for necessário processá-las separadamente, procede-se no final à realização do cúmulo.

CAPÍTULO IV

DAS FALTAS ESPECÍFICAS DOS JOGADORES

SECÇÃO I
ÂMBITO DE APLICAÇÃO

Artigo 37.º
Âmbito de aplicação

1. São especialmente punidas nos termos dos artigos seguintes, as infracções disciplinares praticadas pelos jogadores no âmbito ou por causa da sua actividade ou estatuto desportivo, dentro e fora das instalações desportivas em que se realizem jogos oficiais organizados pela estrutura desportiva, ou ainda durante os treinos, estágios de preparação e jogos ainda que de Selecções.

2. O estabelecido no número anterior não prejudica o exercício da acção disciplinar por factos praticados em quaisquer outras circunstâncias, nomeadamente quando da realização de jogos de carácter particular ou em actos públicos, e ainda sempre que tais factos possam prejudicar o bom nome da Associação de Futebol do Algarve e demais entidades desportivas.

3. Os jogadores que incitarem ou, por qualquer modo, contribuírem directamente para que outros jogadores cometam as infracções previstas nos artigos seguintes, são punidos com penas iguais às do infractor.

SECÇÃO II
DAS FALTAS DISCIPLINARES LEVES

Artigo 38.º
Dos cartões amarelos e vermelhos

1. O jogador a quem no mesmo jogo for exibido o cartão amarelo e cometer outra falta não qualificada a que corresponda cartão amarelo, ser-lhe-á exibido novo cartão amarelo, imediatamente seguido de vermelho, com expulsão do terreno de jogo, sendo punido automaticamente com 1 (UM) jogo de suspensão.
2. O árbitro deverá, no final do jogo, dar sempre conhecimento dos jogadores advertidos e expulsos aos delegados dos respectivos Clubes, por mera inscrição na ficha técnica.

SECÇÃO III
DAS FALTAS DISCIPLINARES GRAVES

Artigo 39.º
Contra outros jogadores

1. As faltas dos jogadores contra outros jogadores são punidas nos seguintes termos:
 - a) Uso de expressões, verbalmente ou por escrito, ou gestos de carácter injurioso, difamatório ou grosseiro: SUSPENSÃO POR 1 (UM) A 3 (TRÊS) JOGOS;
 - b) Prática de jogo violento para com o adversário, uso de expressões ou gestos ameaçadores ou que traduzam tentativa de agressão ou reveladores de indignidade: SUSPENSÃO POR 2 (DOIS) A 4 (QUATRO) JOGOS;
 - c) Agressão ou agressão recíproca: SUSPENSÃO POR 2 (DOIS) A 6 (SEIS) JOGOS;
 - d) Resposta a agressão: SUSPENSÃO POR 1 (UM) A 4 (QUATRO) JOGOS;
 - e) Travar um adversário quando este se desloca em direcção à baliza em posição clara de marcar um golo: SUSPENSÃO POR 1 (UM) JOGO;
 - f) Quando um jogador que não estando em jogo intervenha nele por forma a impedir a progressão de adversário ou da bola é punido com: SUSPENSÃO DE 1 (UM) A 3 (TRÊS) JOGOS;
 - g) Quando esteja em causa uma clara ocasião de golo a pena referida na alínea anterior é elevada para o dobro nos seus limites mínimo e máximo.
 - h) É ainda punido nos termos da alínea g) o jogador de Futsal que estando em jogo desloque a baliza por forma a evitar uma clara ocasião de golo.
2. Quando um jogador lesionar outro intencionalmente por meio de agressão, a suspensão será mantida até que o lesionado retome ou esteja em condições de retomar a sua actividade desportiva, sem prejuízo do disposto no n.º 6 do presente artigo.
3. A intenção do agente e o tempo de duração da incapacidade do lesionado, serão averiguados em processo disciplinar, devendo os exames para verificação do período de incapacidade serem feitos por entidades médicas oficiais.
4. O processo, na parte respeitante ao apuramento da intenção do agente, deverá estar concluído no prazo de 45 (QUARENTA E CINCO) dias a contar da data de agressão.
5. A decisão do Conselho de Disciplina que julgue ter sido a lesão provocada intencionalmente, determinará, se necessário, o prosseguimento do processo para apuramento do período de incapacidade.
6. A suspensão do jogador, nos termos do n.º 2, nunca poderá exceder o período de 1 (UM) ano.

Artigo 40.º
Contra a equipa de arbitragem

As faltas dos jogadores contra a equipa de arbitragem são punidas da seguinte forma:

- a) Uso de expressões, verbalmente ou por escrito, ou gestos de carácter injurioso, difamatório ou grosseiro ou ameaçadores ou que traduzam tentativa de agressão ou reveladores de indignidade: SUSPENSÃO POR 2 (DOIS) A 6 (SEIS) JOGOS;
- b) Resposta a agressão: SUSPENSÃO POR 3 (TRÊS) MESES A 2 (DOIS) ANOS.

Artigo 41.º
Contra outros agentes desportivos

As infracções previstas no artigo anterior, quando praticadas contra outros agentes desportivos são punidas da seguinte forma:

- a) As referidas na alínea a) do artigo anterior são punidas com a pena de SUSPENSÃO POR 1 (UM) A 4 (QUATRO) JOGOS;
- b) As referidas na alínea b) do artigo anterior são punidas com a pena de SUSPENSÃO POR 1 (UM) MESES A 2 (DOIS) ANOS.

Artigo 42.º
Contra outras entidades

Os jogadores que usem expressões, verbalmente ou por escrito, ou façam gestos de carácter injurioso, difamatório ou grosseiro, contra pessoas singulares ou colectivas, ou respectivos órgãos, integrados na hierarquia do Futebol, individualmente ou por representação orgânica, por virtude do exercício das suas funções, serão punidos com a pena de SUSPENSÃO POR 1 (UM) MÊS A 2 (DOIS) ANOS.

Artigo 42.º - A
Comportamento discriminatório

1. O jogador que, através de qualquer meio de expressão, ofenda a dignidade de agente desportivo ou espectador em função da sua ascendência, sexo, raça, nacionalidade, etnia, língua, território de origem, religião, convicções políticas ou ideológicas, instrução, situação económica, condição social ou orientação sexual, é sancionado com suspensão de 2 meses a 2 anos e, acessoriamente e se o jogador for profissional, com multa entre €100,00 e €200,00.
2. Se a infração for cometida em circunstâncias que revelem especial censurabilidade, os limites das sanções previstas no número anterior são elevados para o dobro.
3. É suscetível de revelar especial censurabilidade, entre outras, a circunstância de a infração ser cometida:
 - a) Contra árbitro ou titular de órgão social da F.P.F. ou de qualquer Sócio Ordinário da F.P.F..
 - b) Por meio de órgão de comunicação social.
4. A redução na sanção de multa prevista no artigo 34º não é aplicável.

Artigo 43.º
Outras faltas intencionais

O jogador que jogar a bola com a mão, privando a outra equipa de um golo ou de uma clara oportunidade de o marcar é punido com SUSPENSÃO POR 1 (UM) JOGO.

Artigo 44.º
Incitamento à indisciplina

1. Os jogadores que ostensivamente incitarem ou, por qualquer modo, contribuírem para que o público espectador hostilize a equipa adversária ou a equipa de arbitragem são punidos com a **SUSPENSÃO POR 1 (UM) A 3 (TRÊS) MESES.**
2. No caso de a conduta do jogador levar à prática de actos violentos ou de indisciplina, a pena aplicável será a de **SUSPENSÃO DE 3 (TRÊS) A 6 (SEIS) MESES.**

Artigo 45.º
Da actuação irregular de jogadores

O jogador que, encontrando-se castigado alinhar em jogo oficial é punido com **SUSPENSÃO POR 1 (UM) MÊS A 1 (UM) ANO.**

Artigo 46.º
Da comparência e declarações em processos

O jogador que, devidamente notificado não comparecer para prestar declarações em processos instaurados pela Associação de Futebol do Algarve será punido com a pena de **SUSPENSÃO POR 1 (UM) A 6 (SEIS) MESES.**

Artigo 47.º
Das infracções ao serviço das Selecções

O jogador que, ao serviço das Selecções Distritais, desrespeitar a Regulamentação ou as decisões dos elementos oficiais, responsáveis pelas mesmas, pratique actos atentatórios da disciplina e das regras estabelecidas será punido com a pena de **REPREENSÃO POR ESCRITO A 1 (UM) MÊS DE SUSPENSÃO.**

SECÇÃO IV
DAS FALTAS DISCIPLINARES MUITO GRAVES

Artigo 48.º
Contra a equipa de arbitragem

As faltas dos jogadores contra a equipa de arbitragem são punidas da seguinte forma:

- a) Agressão com consequências físicas ou em circunstâncias reveladoras de indignidade para a prática desportiva : **SUSPENSÃO DE 1 (UM) a 4 (QUATRO) ANOS;**
- b) Agressão em outros casos: **SUSPENSÃO POR 6 (SEIS) MESES A 3 (TRÊS) ANOS**

Artigo 49.º
Contra delegados e outros intervenientes no jogo

As faltas dos jogadores contra delegados e outros intervenientes no jogo com direito de acesso ou permanência no recinto de jogo são punidas da seguinte forma:

- a) Agressão que determine lesão de especial gravidade quer pela sua natureza quer pelo período de incapacidade: **SUSPENSÃO DE 1 (UM) a 4(QUATRO) ANOS;**
- b) Agressão em outros casos: **SUSPENSÃO POR 6 (SEIS) MESES A 3 (TRÊS) ANOS**

Artigo 50.º
Contra outras entidades

As faltas dos jogadores contra pessoas singulares, incluindo os membros dos órgãos das pessoas colectivas, integrados na hierarquia do Futebol, individualmente ou por representação orgânica, por virtude do exercício das suas funções são punidas da seguinte forma:

- a) Agressão que determine lesão de especial gravidade quer pela sua natureza quer pelo período de incapacidade: SUSPENSÃO DE 1 (UM) a 4(QUATRO) ANOS;
- b) Agressão em outros casos: SUSPENSÃO POR 6 (SEIS) MESES A 3 (TRÊS) ANOS

Artigo 51.º
Recusa da saída do terreno de jogo

O jogador que, apesar da intervenção do capitão de equipa e do delegado do Clube, pedida pelo árbitro, se recusar a abandonar o rectângulo de jogo após ter recebido ordem de expulsão, será punido:

- a) Na pena de SUSPENSÃO DE 6 (SEIS) MESES A 1 (UM) ANO, caso o árbitro dê o jogo por terminado antes do tempo regulamentar.
- b) Na pena de SUSPENSÃO DE 1 (UM) A 6 (SEIS) MESES nos restantes casos.

Artigo 52.º
Das falsas declarações e fraude

Os jogadores que, em processo de inquérito ou disciplinar em que não sejam arguidos ou ainda em processo relativo à sua inscrição ou à celebração, alteração ou extinção do seu contrato ou compromisso desportivo, prestarem falsas declarações, utilizarem documentos falsos, actuarem simulada ou fraudulentamente ao estabelecido na legislação desportiva e contratação colectiva, serão punidos com SUSPENSÃO DE 3 (TRÊS) MESES A 1 (UM) ANO.

Artigo 53.º
Da participação em Selecções Distritais

O jogador que sem justificação aceite pela Direcção da Associação de Futebol do Algarve, não compareça aos treinos, jogos ou quaisquer reuniões relacionadas com a representação das Selecções Distritais, para que haja sido convocado, incite a indisciplina ou de qualquer modo prejudique o bom nome da Associação de Futebol do Algarve, é punido com SUSPENSÃO DE 3 (TRÊS) MESES A 1 (UM) ANO.

Artigo 54.º
Da corrupção

1. Os jogadores que recebam recompensa ou aceitem promessa de recompensa de modo a falsear os resultados de jogos oficiais são punidos com a pena de SUSPENSÃO DE 3 (TRÊS) A 6 (SEIS) ANOS.
2. Os jogadores que dêem ou prometam recompensa para que outros procedam de modo a falsear os resultados de jogos oficiais são punidos com as penas previstas no número anterior.
3. Os factos previstos nos números anteriores quando na forma tentada serão punidos com as respectivas penas reduzidas a metade.
4. Serão punidos nos termos do n.º 1 os jogadores que exerçam violências físicas ou morais sobre qualquer agente desportivo, que ocasionem a falta de comparência do Clube adversário ou inferioridade na sua representação aquando dos jogos, ou contribuam para o desenrolar destes em condições anormais.

CAPÍTULO V

DAS FALTAS ESPECÍFICAS DOS DIRIGENTES, DELEGADOS, TREINADORES E OUTROS

SECÇÃO I DAS FALTAS DISCIPLINARES LEVES

Artigo 55.º Contra a equipa de arbitragem

Os dirigentes, delegados, treinadores, preparadores físicos, secretários técnicos, auxiliares técnicos, médicos, massagistas, empregados dos Clubes, seccionistas e outros intervenientes no espectáculo desportivo que, por ocasião de jogos, protestarem ou adoptarem atitude incorrecta para com os elementos da equipa de arbitragem são punidos com a pena de SUSPENSÃO DE 10 (DEZ) A 30 (TRINTA) DIAS E MULTA DE € 10,00 (DEZ EUROS) A € 50,00 (CINQUENTA EUROS).

Artigo 56.º Da inobservância de outros deveres

Os demais actos praticados pelos dirigentes, delegados, treinadores, preparadores físicos, secretários técnicos, auxiliares técnicos, médicos, massagistas, empregados dos Clubes, seccionistas e outros intervenientes no espectáculo desportivo que, embora não previstos neste Regulamento integrem violação de disposições regulamentares são punidos com SUSPENSÃO DE 10 (DEZ) A 30 (TRINTA) DIAS E MULTA DE € 10,00 (DEZ EUROS) A € 50,00 (CINQUENTA EUROS).

SECÇÃO II DAS FALTAS DISCIPLINARES GRAVES

Artigo 57.º Da comparência e declarações em processos

Os dirigentes, delegados, treinadores, preparadores físicos, secretários técnicos, auxiliares técnicos, médicos, massagistas, empregados dos Clubes, seccionistas e outros intervenientes no espectáculo desportivo que, devidamente notificados, não compareçam para prestar declarações em processos instaurados pelos órgãos competentes são punidos com a pena de SUSPENSÃO DE 15 (QUINZE) DIAS A 4 (QUATRO) MESES E MULTA DE € 50,00 (CINQUENTA EUROS) A € 500,00 (QUINHENTOS EUROS).

Artigo 58.º Das ameaças, injúrias e ofensas à reputação

Os dirigentes, delegados, treinadores, preparadores físicos, secretários técnicos, auxiliares técnicos, médicos, massagistas, empregados dos Clubes, seccionistas e outros intervenientes no espectáculo desportivo que, ameacem, desrespeitem ou usem de expressões, desenhos, escritos ou gestos injuriosos, difamatórios ou grosseiros, gestos ameaçadores ou actos que traduzam tentativa de agressão, contra os membros integrados na hierarquia do Futebol, individualmente ou por representação orgânica, elementos da equipa de arbitragem, dirigentes, jogadores e demais agentes desportivos, são punidos com a pena de SUSPENSÃO DE 1 (UM) MÊS A 1 (UM) ANO E MULTA DE € 30,00 (TRINTA EUROS) A € 750,00 (SETECENTOS E CINQUENTA EUROS).

Artigo 58.º - A
Utilização Irregular

Os dirigentes, delegados, treinadores, preparadores físicos, secretários técnicos, auxiliares técnicos, médicos, massagistas, empregados dos clubes, seccionistas, e outros intervenientes no espectáculo desportivo, que encontrando-se castigados constem das fichas de jogo oficial, são punidos com pena de SUSPENSÃO POR 1 (UM) MÊS A 1 (UM) ANO E MULTA DE €50,00 (CINQUENTA EUROS) A €750,00 (SETECENTOS E CINQUENTA EUROS).

Artigo 59.º
Da infracção dos deveres dos delegados

1. Os delegados aos jogos quando infringirem os deveres que lhes são atribuídos na legislação desportiva são punidos com a pena de SUSPENSÃO DE 8 (OITO) DIAS A 3 (TRÊS) MESES E MULTA DE € 15,00 (QUINZE EUROS) A € 500,00 (QUINHENTOS EUROS).
2. Se o delegado for do Clube visitado e a falta consistir na violação dos deveres especiais que regulamentarmente lhes são atribuídos, as penas previstas no número anterior serão elevadas para o dobro nos seus limites mínimo e máximo.
3. O delegado ao jogo que, não assine a ficha técnica, não tomando conhecimento das advertências e expulsões de jogadores do seu Clube, salvo se até às 18 horas do segundo dia útil a seguir ao jogo justificar por escrito na Associação de Futebol do Algarve tal facto, e a justificação seja aceite pelo Conselho de Disciplina, é punido com a pena de SUSPENSÃO DE 1 (UM) A 6 (SEIS) MESES E MULTA DE € 100,00 (CEM EUROS) A € 500,00 (QUINHENTOS EUROS).

SECÇÃO III
DAS FALTAS DISCIPLINARES MUITO GRAVES

Artigo 60.º
Das falsas declarações e fraude

Os dirigentes, delegados, treinadores, preparadores físicos, secretários técnicos, auxiliares técnicos, médicos, massagistas, empregados dos Clubes, seccionistas e outros intervenientes no espectáculo desportivo que, em processo de inquérito ou disciplinar em que não sejam arguidos, ou ainda em processo relativo à inscrição de jogadores ou à celebração, alteração ou extinção dos contratos, prestem falsas declarações, utilizem documentos falsos, ou actuem simulada e fraudulentamente ao estabelecido na legislação desportiva e contratação colectiva são punidos com a pena de SUSPENSÃO DE 3 (TRÊS) MESES A 3 (TRÊS) ANOS E MULTA DE € 100,00 (CEM EUROS) A € 2000,00 (DOIS MIL EUROS).

Artigo 61.º
Do incitamento à indisciplina

1. Os dirigentes, delegados, treinadores, preparadores físicos, secretários técnicos, auxiliares técnicos, médicos, massagistas, empregados dos Clubes, seccionistas e outros intervenientes no espectáculo desportivo que, dentro do complexo desportivo ou respectivos limites exteriores, por ocasião dos jogos, assumirem atitudes de violência ou incitarem o público, jogadores e demais agentes desportivos à prática de actos violentos ou de indisciplina são punidos com a pena de SUSPENSÃO DE 6 (SEIS) MESES A 4 (QUATRO) ANOS E MULTA DE € 250,00 (DUZENTOS E CINQUENTA EUROS) A € 2500,00 (DOIS MIL E QUINHENTOS EUROS).

2. Se os factos previstos no número anterior forem seguidos de graves perturbações da ordem ou provocarem o desrespeito pela hierarquia desportiva, seus dirigentes e entidades oficiais convidadas, os limites das penas são agravadas para o dobro.

3. Sempre que o árbitro dê o jogo por terminado devido a qualquer actuação das pessoas referidas no n.º 1 por factos não previstos nos números anteriores, o infractor será punido com a pena de SUSPENSÃO DE 6 (SEIS) MESES A 3 (TRÊS) ANOS E MULTA DE € 250,00 (DUZENTOS E CINQUENTA EUROS) A € 1.500,00 (MIL E QUINHENTOS EUROS).

Artigo 61.º - A

Comportamento discriminatório

1. O dirigente de clube que, através de qualquer meio de expressão, ofenda a dignidade de agente desportivo ou espectador em função da sua ascendência, sexo, raça, nacionalidade, etnia, língua, território de origem, religião, convicções políticas ou ideológicas, instrução, situação económica, condição social ou orientação sexual, é sancionado com suspensão de 3 meses a 3 anos e cumulativamente com multa entre €500,00 (QUINHENTOS EUROS) e €1500,00 (MIL E QUINHENTOS EUROS).

2. Se a infração for cometida em circunstâncias que revelem especial censurabilidade, os limites das sanções previstas no número anterior são elevados para o dobro.

3. É suscetível de revelar especial censurabilidade, entre outras, a circunstância de a infração ser cometida:

a) Contra árbitro ou titular de órgão social da A.F.A., F.P.F. ou de qualquer Sócio Ordinário da A.F.A. ou F.P.F..

b) Por meio de órgão de comunicação social.

A redução na sanção de multa prevista no artigo 34.º não é aplicável.

Artigo 62.º

Da participação na falta de comparecência

Os dirigentes, delegados, treinadores, preparadores físicos, secretários técnicos, auxiliares técnicos, médicos, massagistas, empregados dos Clubes, seccionistas e outros intervenientes no espectáculo desportivo que, por qualquer modo contribuir directamente para que num jogo oficial, um Clube dê falta de comparecência, ou cuja equipa abandone deliberadamente o recinto do jogo depois de este se ter iniciado ou tiver nele comportamento que impeça o árbitro de o prosseguir e concluir, são punidos com a pena de SUSPENSÃO DE 1 (UM) A 5 (CINCO) ANOS E MULTA DE € 375,00 (TREZENTOS E SETENTA E CINCO EUROS) A € 3750,00 (TRÊS MIL SETECENTOS E CINQUENTA EUROS).

Artigo 63.º

Das agressões

Os dirigentes, delegados, treinadores, preparadores físicos, secretários técnicos, auxiliares técnicos, médicos, massagistas, empregados dos Clubes, seccionistas e outros intervenientes no espectáculo desportivo que, no exercício das suas funções ou por causa delas agridam membros dos órgãos da estrutura desportiva, elementos da equipa de arbitragem, dirigentes de outros Clubes, bem como jogadores, treinadores, demais agentes desportivos, funcionários dos Clubes e agentes de autoridade em serviço e espectadores, são punidos com a pena de SUSPENSÃO DE 2 (DOIS) A 6 (SEIS) ANOS E MULTA DE € 500,00 (QUINHENTOS EUROS) A € 5.000,00 (CINCO MIL EUROS).

Artigo 64.º
Da coacção

1. Os dirigentes, delegados, treinadores, preparadores físicos, secretários técnicos, auxiliares técnicos, médicos, massagistas, empregados dos Clubes, seccionistas e outros intervenientes no espectáculo desportivo que, exerçam violências físicas ou morais sobre dirigentes, jogadores, treinadores, secretários ou auxiliares técnicos, preparadores físicos, médicos, massagistas, funcionários e delegados ao jogo do Clube adversário que ocasionem inferioridade na sua representação, aquando dos jogos e contribuam para o desenrolar destes em condições anormais, são punidos com a pena de SUSPENSÃO DE 1 (UM) A 6 (SEIS) ANOS E MULTA DE € 500,00 (QUINHENTOS EUROS) A € 5.000,00 (CINCO MIL EUROS).
2. Idênticas penas serão aplicadas se os factos referidos no número anterior forem cometidos sobre qualquer elemento da equipa de arbitragem com o fim de, por qualquer forma, ocasionarem condições anormais na direcção do encontro com consequências no resultado ou levarem o árbitro a falsear, por qualquer modo, o conteúdo do boletim do encontro.
3. Os factos referidos nos n.ºs 1 e 2 do presente artigo, quando na forma de tentativa são punidos com as mesmas penas reduzidas a metade, nos seus limites mínimo e máximo.

Artigo 65.º
Da corrupção

1. São punidos com a pena de SUSPENSÃO DE 2 (DOIS) A 8 (OITO) ANOS E MULTA DE € 1.000,00 (MIL EUROS) A € 10.000,00 (DEZ MIL EUROS), os dirigentes, delegados, treinadores, preparadores físicos, secretários técnicos, auxiliares técnicos, médicos, massagistas, empregados dos Clubes, seccionistas e outros intervenientes no espectáculo desportivo que:
 - a) através de dádivas, presentes, ofertas, promessas de recompensas, ou de qualquer vantagem patrimonial ou não patrimonial a qualquer elemento de arbitragem, solicitar uma actuação daqueles por forma a que um jogo decorra em condições anormais ou com consequências no seu resultado ou que seja falseado o boletim do encontro;
 - b) façam ou intervenham em acordos com vista à obtenção de um resultado irregular, quer seja pela actuação anómala de uma ou ambas as equipas contendoras ou de algum dos seus jogadores, quer pela dolosa utilização irregular de qualquer um destes, quer pela apresentação de uma equipa notoriamente inferior ao habitual ou outro procedimento conducente ao mesmo propósito;
 - c) derem ou aceitem recompensa ou promessa de recompensa para os fins referidos na alínea anterior;
 - d) derem ou prometerem recompensa a qualquer jogador, treinador, secretário ou auxiliar técnico, médico ou massagista da equipa adversária com vista à obtenção dos fins assinalados nas alíneas anteriores.
2. Os factos previstos no número anterior quando na forma tentada serão punidos com as mesmas penas reduzidas a metade nos seus limites mínimo e máximo.

CAPÍTULO VI

DAS FALTAS ESPECÍFICAS DOS ESPECTADORES

SECÇÃO I DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 66.º Princípio geral

Os Clubes que não assegurem a ordem e a disciplina antes, durante e após a realização de jogos, na área abrangida pelo seu complexo desportivo e limites exteriores, e desde que se verifique algum distúrbio provocado por espectador ou espectadores, seus adeptos, sócios e simpatizantes serão sempre por estes responsáveis e punidos nos termos dos artigos seguintes.

SECÇÃO II DAS FALTAS DISCIPLINARES LEVES

Artigo 67.º Do comportamento incorrecto

Sempre que se verifique comportamento incorrecto dos espectadores, designadamente através do arremesso de objectos ou prática de outros actos que perturbem a ordem e disciplina, sua ameaça ou tentativa, sem consequências físicas para os intervenientes no jogo, e sem causar interrupção definitiva do mesmo, os Clubes são punidos com a pena de MULTA DE € 25,00 (VINTE E CINCO EUROS) A € 125,00 (CENTO E VINTE E CINCO EUROS).

Artigo 68.º Das agressões

1. Quando se verifiquem agressões por espectador ou espectadores, afectos a um ou a ambos os Clubes, a elementos da equipa de arbitragem, agentes de autoridade em serviço, dirigentes, jogadores, treinadores e demais agentes desportivos, bem como a todas as pessoas autorizadas por lei ou regulamento a permanecerem na área de competição, que não causem qualquer interferência no jogo, nem determinem lesões de especial gravidade, o Clube ou Clubes responsáveis são punidos com a pena de MULTA DE € 50,00 (CINQUENTA EUROS) A € 150,00 (CENTO E CINQUENTA EUROS).
2. Os factos previstos no número anterior quando na forma tentada serão punidos com as respectivas penas reduzidas a metade.

SECÇÃO III DAS FALTAS DISCIPLINARES GRAVES

Artigo 69.º Das invasões pacíficas

Quando se verifique a invasão pacífica da área de competição, por espectador ou espectadores afectos a um ou a ambos os Clubes, que leve à interrupção definitiva do jogo, o Clube ou Clubes responsáveis são punidos com a pena de DERROTA E MULTA de € 100,00 (CEM EUROS) A € 300,00 (TREZENTOS EUROS).

Artigo 70.º
Das invasões

Sempre que a área de competição seja invadida em atitude de protesto ou com a intenção de agredir, por espectador ou espectadores afectos a um ou a ambos os Clubes, ou ocorram outros distúrbios que, de forma justificada, atrasem o início ou reinício do jogo ou levem à sua interrupção não definitiva, o Clube ou Clubes responsáveis são punidos com as penas de MULTA DE € 100,00 (CEM EUROS) A € 250,00 (DUZENTOS E CINQUENTA EUROS) E INTERDIÇÃO DO SEU CAMPO OU CONSIDERADO COMO TAL POR 1 (UM) A 2(DOIS) JOGOS.

Artigo 71.º
Das agressões

Quando se verificarem agressões por espectador ou espectadores, afectos a um ou a ambos os Clubes, a elementos da equipa de arbitragem, agentes de autoridade em serviço, dirigentes, jogadores, treinadores e demais agentes desportivos, bem como a todas as pessoas autorizadas por lei ou regulamento a permanecerem na área de competição, espectadores ou elementos da comunicação social em exercício de funções, que levem o árbitro, justificadamente, a atrasar o início ou reinício do jogo ou a interrompê-lo, não definitivamente, o Clube ou Clubes responsáveis são punidos com as penas de MULTA DE € 100,00 (CEM EUROS) A € 300,00 (TREZENTOS EUROS) E INTERDIÇÃO DO SEU CAMPO OU CONSIDERADO COMO TAL POR 1 (UM) A 3 (TRÊS) JOGOS.

SECÇÃO IV
DAS FALTAS DISCIPLINARES MUITO GRAVES

Artigo 72.º
Das agressões no final do jogo

Se, depois de findo o jogo, ocorrerem agressões por espectador ou espectadores, afectos a um ou a ambos os Clubes, a elementos da equipa de arbitragem, agentes de autoridade em serviço, dirigentes, jogadores, treinadores e demais agentes desportivos, bem como a todas as pessoas autorizadas por lei ou regulamento a permanecerem na área de competição, dentro do complexo desportivo, que provoquem lesões de especial gravidade, quer pela sua natureza quer pelo tempo de incapacidade, o Clube ou Clubes responsáveis são punidos com as penas de MULTA € 200,00 (DUZENTOS EUROS) A € 500,00 (QUINHENTOS EUROS) E INTERDIÇÃO DO SEU CAMPO OU CONSIDERADO COMO TAL POR 2 (DOIS) A 4 (QUATRO) JOGOS.

Artigo 73.º
Das invasões

Sempre que a área de competição seja invadida em atitude de protesto ou com a intenção de agredir, por espectador ou espectadores afectos a um ou a ambos os Clubes, ou ocorram outros distúrbios que levem justificadamente o árbitro a não dar início ou reinício ao jogo, ou dá-lo por findo antes do tempo regulamentar, o Clube ou Clubes responsáveis são punidos com as penas de DERROTA, MULTA DE € 250,00 (DUZENTOS E CINQUENTA EUROS) A € 1250,00 (MIL DUZENTOS E CINQUENTA EUROS) E INTERDIÇÃO DO SEU CAMPO OU CONSIDERADO COMO TAL POR 3 (TRÊS) A 12 (DOZE) JOGOS.

Artigo 74.º
Das agressões

Quando se verificarem agressões por espectador ou espectadores, afectos a um ou a ambos os Clubes, a elementos da equipa de arbitragem, agentes de autoridade em serviço, dirigentes, jogadores, treinadores e demais agentes desportivos, bem como a todas as pessoas autorizadas por lei ou regulamento a permanecerem na área de competição, que levem justificadamente o árbitro a não dar início ou reinício ao jogo, ou dá-lo por findo antes do tempo regulamentar, o Clube ou Clubes responsáveis são punidos com as penas de DERROTA, MULTA DE € 250,00 (DUZENTOS E CINQUENTA EUROS) A € 1250,00 (MIL DUZENTOS E CINQUENTA EUROS) E INTERDIÇÃO DO SEU CAMPO, OU CONSIDERADO COMO TAL, POR 3 (TRÊS) A 12 (DOZE) JOGOS.

Artigo 75.º
Da repetição do jogo

Se se provar que não foi justificada a decisão do árbitro de não dar início ou reinício ao jogo ou de lhe por termo antes do tempo regulamentar ou ainda se não se provar com segurança a responsabilidade das agressões ou dos distúrbios, o jogo será mandado repetir ou ordenada a sua conclusão, respeitando-se, neste caso, o resultado que se verificava no momento da interrupção, podendo os Clubes ser punidos nos termos dos respectivos artigos anteriores.

Artigo 76.º
Da obrigatoriedade de vedação

Sempre que for aplicada a pena de interdição de campo, os Clubes responsáveis poderão ainda ser punidos com a medida de segurança de VEDAÇÃO DA ÁREA DE COMPETIÇÃO, nos termos da legislação em vigor.

CAPÍTULO VII

DAS FALTAS ESPECÍFICAS DOS CLUBES

SECÇÃO I
DAS FALTAS DISCIPLINARES LEVES

Artigo 77.º
Do atraso no início ou reinício do jogo

O Clube cuja equipa impeça o árbitro de dar início a um jogo, à hora marcada, ou proceda em termos de o intervalo entre o fim da 1.ª parte e o início da 2.ª parte exceder 10 (DEZ) minutos, será punido com a pena de MULTA DE € 15,00 (QUINZE EUROS). Se tornar a cometer esta infracção o Clube será punido SUCESSIVAMENTE COM MULTAS DE € 15,00 (QUINZE EUROS), que vão crescendo ao montante das multas anteriormente aplicadas até perfazer o limite máximo de € 125,00 (CENTO E VINTE E CINCO EUROS).

Artigo 78.º
Da falta de comparência de delegados

O Clube que, injustificadamente, não apresentar nos jogos, pelo menos um delegado, dirigente, será punido com pena de MULTA DE € 15,00 (QUINZE EUROS), salvo se, até ao 2.º dia útil a seguir ao jogo, justificar por escrito na Associação de Futebol do Algarve tal facto e essa justificação seja aceite pelo Conselho de Disciplina. Se tornar a cometer esta infracção o clube será punido sucessivamente com multas de € 15,00 (QUINZE EUROS) que vão acrescentando ao montante das multas anteriormente aplicadas, até perfazer o limite de € 50,00 (CINQUENTA EUROS).

Artigo 78.º-A
Da falta de Treinador

O Clube que não apresente na ficha técnica e no respectivo jogo um treinador habilitado em condições legais ou regulamentares, será punido com MULTA DE € 15,00 (QUINZE EUROS). Se tornar a cometer esta infracção o Clube será punido sucessivamente com multas de € 10,00 (DEZ EUROS), que vão acrescentando ao montante das multas anteriormente aplicadas, até perfazer o limite de € 50,00 (CINQUENTA EUROS)

Artigo 79.º
Da falta de apresentação de licença de jogadores e respectivas vinhetas

O Clube que, nos jogos, não apresente ao árbitro as licenças de cada um dos jogadores e respectivas vinhetas devidamente legíveis será punido com a pena de MULTA DE € 5,00 (CINCO EUROS) por cada licença ou vinheta em falta.

Artigo 80.º
Da não apresentação de placas aquando das substituições

1. Os Clubes visitados ou considerados como tal que não apresentem placas nos termos regulamentares serão punidos com a pena de MULTA DE € 5,00 (CINCO EUROS) A € 25,00 (VINTE E CINCO EUROS).
2. Quando, existindo placas, as mesmas não sejam exibidas pelos Clubes, serão estes punidos nos termos do número anterior.

Artigo 81.º
Informações

Os Clubes que não facultarem as informações solicitadas pela Associação de Futebol do Algarve em matéria desportiva, económica ou social são punidos com a pena de MULTA DE € 10,00 (DEZ EUROS) A € 25,00 (VINTE E CINCO EUROS).

Artigo 82.º
Da inobservância de outros deveres

O Clube que deixe de cumprir os deveres que lhe são impostos pelos regulamentos e demais legislação desportiva será punido com a pena de MULTA DE € 15,00 (QUINZE EUROS) A € 50,00 (CINQUENTA EUROS).

SECÇÃO II DAS FALTAS DISCIPLINARES GRAVES

Artigo 83.º

Entrada ou permanência na zona entre as linhas exteriores do rectângulo e as vedações ou na zona de ligação "balneário/campo", de pessoas não autorizadas

1. Em cada época o Clube que permitir a entrada ou permanência na zona situada entre as linhas exteriores do rectângulo do jogo e as vedações ou na zona de ligação "balneário/campo", de pessoas não autorizadas pelos regulamentos, é punido com a pena de MULTA DE € 10,00 (DEZ EUROS), pela primeira vez na época desportiva; € 25,00 (VINTE E CINCO EUROS), pela segunda vez na época desportiva; € 50,00 (CINQUENTA EUROS) E INTERDIÇÃO DE CAMPO, pela terceira vez e seguintes na época desportiva.
2. Sem prejuízo dos regulamentos, consideram-se pessoas não autorizadas todas aquelas que não estejam inscritas na ficha técnica de um jogo.

Artigo 84.º

Da interrupção do jogo por agressão de jogadores, dirigentes e outros à equipa de arbitragem

Sempre que haja interrupção não definitiva do jogo, devido ao facto de algum dos elementos da equipa de arbitragem ter sido agredido por jogadores, dirigentes, treinadores, assistentes técnicos, médicos, massagistas e funcionários, estejam ou não incluídos nas fichas técnicas, o Clube a que pertence o agressor é punido com a pena de MULTA DE € 100,00 (CEM EUROS) A € 1250,00 (MIL DUZENTOS E CINQUENTA EUROS), e se for caso disso, condenado a indemnizá-los pelos danos patrimoniais sofridos.

Artigo 85.º

Da apresentação de equipa inferior

Os Clubes que, sem motivo justificado e em jogos se apresentarem em campo com equipas notoriamente inferiores aos seus grupos titulares, serão punidos com a pena de MULTA DE € 75,00 (SETENTA E CINCO EUROS) A € 400,00 (QUATROCENTOS EUROS).

Artigo 86.º

Da substituição irregular

O Clube que em jogos oficiais, efectuar substituições de jogadores em número não permitido pelos regulamentos, será punido com as penas de DERROTA E MULTA DE € 25,00 (VINTE E CINCO EUROS) A € 250,00 (DUZENTOS E CINQUENTA EUROS).

Artigo 87.º

Da remessa de documentação do jogo

1. Nos casos em que os Clubes, estando obrigados a enviar à Associação de Futebol do Algarve, a documentação do jogo, não o façam por forma a que os documentos originais, independentemente da forma de envio, dêem entrada na Associação de Futebol do Algarve no prazo de 5 (CINCO) dias úteis, serão punidos com a pena de MULTA DE € 15,00 (QUINZE EUROS) .
2. Se tornar a cometer esta infracção o Clube será punido sucessivamente com multas de € 10,00 (DEZ EUROS), que vão acrescentando ao montante das multas anteriormente aplicadas, até perfazer o limite de € 100,00 (CEM EUROS).

Artigo 88.º

Do movimento financeiro dos jogos

1. A venda de bilhetes não fornecidos pela Associação de Futebol do Algarve, quando seja esta a entidade organizadora do jogo, e bem assim a venda repetida dos mesmos bilhetes ou qualquer irregularidade praticada pelos Clubes, com o fim de ocultar, alterar ou tentar desvirtuar o real movimento financeiro de cada jogo oficial, determina para estes a obrigação de pagar às entidades lesadas a indemnização correspondente aos prejuízos previsivelmente sofridos.
2. Será punida nos mesmos termos a autorização de entrada no estádio, nos "dias do Clube", de indivíduos com "bilhete de sócio", que não se encontrem munidos da respectiva carteira ou cartão de associados.
3. Considera-se equiparada às faltas mencionadas nos números anteriores, a venda de bilhetes a preços diferentes dos fixados ou a imposição de pagamento de dinheiro para entrada nos campos onde se disputem jogos que a Associação de Futebol do Algarve tenha declarado com entradas livres, e determinam as mesmas consequências.
4. A venda, directa ou indirecta, pelo Clube de bilhetes ou senhas suplementares, ou aplicação de sobretaxas aos preços estabelecidos, considera-se equiparada às faltas mencionadas no n.º 1 e n.º 2 do presente artigo, e determinam as mesmas consequências.
5. Pelas infracções previstas nos números anteriores será ainda aplicada ao Clube infractor a pena de MULTA DE € 100,00 (CEM EUROS) A € 500,00 (QUINHENTOS EUROS).

Artigo 89.º

Da devolução de bilhetes

A não devolução à entidade organizadora do jogo dos bilhetes sobrantes, nos prazos regulamentares, faz incorrer o infractor na pena de INDEMNIZAÇÃO correspondente ao respectivo valor e MULTA DE € 50,00 (CINQUENTA EUROS) A € 250,00 (DUZENTOS E CINQUENTA EUROS).

Artigo 90.º

Da apresentação de contas

1. A inobservância dos prazos regulamentares, pelos Clubes, para a apresentação à Associação de Futebol do Algarve das contas dos jogos oficiais e ainda a remessa dos mapas relativos ao movimento financeiro dos jogos e das importâncias correspondentes aos respectivos impostos e taxas, quando lhes forem delegados poderes para a sua organização, faz incorrer o infractor na pena de MULTA DE € 50,00 (CINQUENTA EUROS) A € 250,00 (DUZENTOS E CINQUENTA EUROS), devendo ainda o Clube faltoso proceder à liquidação dos impostos e taxas devidos, na Tesouraria da Associação de Futebol do Algarve, no prazo de 30 (TRINTA) dias.
2. O não pagamento, pelos Clubes, dos impostos e taxas devidos no prazo fixado no número anterior impede automática e independentemente de qualquer notificação, os remissos, até que esse pagamento se mostre efectuado na Tesouraria da Associação de Futebol do Algarve, e seja proferida deliberação de cessação de impedimento em reunião do Conselho de Disciplina, de participar em provas oficiais.

Artigo 91.º

Da venda e consumo de bebidas alcoólicas e outras situações

1. O Clube que, em jogos, permitir, no interior do seu campo ou considerado como tal, a venda e consumo de bebidas ou quaisquer outros produtos que não se encontrem em embalagem de cartão ou de plástico, será punido com a pena de MULTA DE € 25,00 (VINTE E CINCO EUROS) A € 250,00 (DUZENTOS E CINQUENTA EUROS).

2. O Clube que, em jogos, permitir, no interior do seu campo ou considerado como tal, o aluguer de almofadas que não sejam do tipo pneumático ou de espuma de borracha será punido com a pena de MULTA DE € 15,00 (QUINZE EUROS) A € 150,00 (CENTO E CINQUENTA EUROS).

Artigo 92.º
Dos jogos não autorizados

O Clube filiado que, sem autorização da Associação de Futebol do Algarve, dispute jogos de carácter particular será punido com a pena de MULTA DE € 150,00 (CENTO E CINQUENTA EUROS) A € 1500,00 (MIL E QUINHENTOS EUROS).

Artigo 92.º - A
Utilização irregular de jogador em jogo particular ou amigável

O clube que, em jogo particular ou amigável, utilize jogador inscrito por outro clube sem autorização escrita deste, ou jogador não inscrito na F.P.F. sem autorização escrita desta ou da respetiva associação regional ou distrital, bem como jogador, ainda que autorizado, cuja autorização escrita não seja apresentada a fim de ser apensa ao relatório do jogo, é sancionado com multa entre €50,00 (CINQUENTA EUROS) e €250,00 (DUZENTOS E CINQUENTA EUROS).

Artigo 93.º
Da comunicação da alteração de campo de jogos

O Clube que, após a vistoria do campo que indique para a realização de jogos oficiais, proceder a alterações sem a devida aprovação do Conselho Técnico Regional será punido com a pena de MULTA DE € 25,00 (VINTE E CINCO EUROS) A € 250,00 (DUZENTOS E CINQUENTA EUROS).

Artigo 94.º
Da reserva de camarotes

O Clube que, no estádio por si indicado para a realização de jogos oficiais, deixar de observar o estabelecido regulamentarmente no respeitante a reserva de camarotes ou lugares será punido com a pena de MULTA DE € 25,00 (VINTE E CINCO EUROS) A € 250,00 (DUZENTOS E CINQUENTA EUROS).

Artigo 95.º
Dos jogos com Clubes suspensos

O Clube que disputar jogos com outro Clube que se encontre suspenso pela respectiva Associação ou Federação, desde que tenha havido divulgação oficial, será punido com a pena de MULTA DE € 50,00 (CINQUENTA EUROS) A € 500,00 (QUINHENTOS EUROS).

Artigo 96.º
Das ameaças, juízos ou afirmações lesivas da reputação de entidades da estrutura desportiva

1. Os Clubes que, ameacem, desrespeitem ou usem de expressões, desenhos, escritos ou gestos injuriosos, difamatórios ou grosseiros, gestos ameaçadores ou actos que traduzam tentativa de agressão, contra os membros integrados na hierarquia do Futebol, individualmente ou por representação orgânica, elementos da equipa de arbitragem e demais agentes desportivos, são punidos com a pena de MULTA DE € 50,00 (CINQUENTA EUROS) A € 500,00 (QUINHENTOS EUROS).
2. O Clube considera-se responsável, nos termos do número anterior, pelas faltas cometidas por qualquer dos seus dirigentes ou representantes, ou através da imprensa privativa.

Artigo 97.º

Do atraso no início ou reinício dos jogos

1. O Clube cuja equipa impeça o árbitro de dar início à hora marcada a um jogo oficial das 3 (TRÊS) últimas jornadas de uma prova a disputar por pontos ou proceda em termos de intervalo entre o fim da 1ª parte e início da 2ª parte exceder 10 (DEZ) minutos será punido com pena de MULTA de € 100,00 (CEM EUROS) A € 500,00 (QUINHENTOS EUROS).
2. Na mesma pena incorre o Clube ou Clubes que em face da ausência do árbitro num jogo oficial das 3 (TRÊS) últimas jornadas de uma prova a disputar por pontos não providencie para que o jogo tenha início à hora marcada.

Artigo 98.º

Da publicidade nos equipamentos dos jogadores

O Clube que faça constar no seu equipamento publicidade em desrespeito das condições regulamentares fica sujeito às seguintes penas:

- a) Falta de pedido de homologação: MULTA DE € 50,00 (CINQUENTA EUROS) A € 500,00 (QUINHENTOS EUROS);
- b) Falta de cumprimento no prazo estabelecido no período de homologação: MULTA DE € 25,00 (VINTE E CINCO EUROS) A € 250,00 (DUZENTOS E CINQUENTA EUROS);
- c) Exibição de publicidade que não foi homologada: MULTA DE € 100,00 (CEM EUROS) A € 1000,00 (MIL EUROS);
- d) Exibição de publicidade em local diferente, ou excedendo a área ou com letras de tamanho superior aos autorizados, ou com emblema do fabricante sem ser em condições regulamentares: MULTA DE € 100,00 (CEM EUROS) A € 1000,00 (MIL EUROS);
- e) Outras infracções não previstas mas em contravenção dos regulamentos: MULTA DE € 50,00 (CINQUENTA EUROS) A € 500,00 (QUINHENTOS EUROS).

SECÇÃO III

DAS FALTAS DISCIPLINARES MUITO GRAVES

Artigo 99.º

Da não realização do jogo por falta de condições do campo, do policiamento, dos equipamentos e da bola

1. Quando um jogo oficial não se efectuar ou não se concluir em virtude de o campo não se encontrar em condições regulamentares por facto imputável ao Clube que o indica, é este punido com a pena de DERROTA E MULTA DE € 100,00 (CEM EUROS) A € 1000,00 (MIL EUROS), sendo ainda o Clube infractor condenado a pagar as despesas de arbitragem, de organização, e os prejuízos causados à Associação de Futebol do Algarve, ao Clube adversário e demais entidades lesadas, em função da receita provável.
2. Quando um jogo se realizar em campo neutro, por força de cumprimento da pena de interdição, e se verificar o referido no número anterior, o jogo é mandado repetir, sendo aplicáveis as penas de MULTA E INDEMNIZAÇÃO previstas no número anterior.
3. No caso de falta de policiamento imputável ao Clube responsável pela sua requisição que impeça a realização do jogo, é aquele punido nos termos do n.º 1 do presente artigo.
4. O Clube responsável pela não realização de um jogo oficial em virtude de os equipamentos das duas equipas não permitirem fácil destrinça ou não se encontrarem nas condições regulamentares, será punido nos termos do n.º 1 do presente artigo.
5. Quando o jogo não possa iniciar-se ou concluir-se por falta de bola nas condições regulamentares exigidas, o Clube responsável será punido nos termos previstos no n.º 1 do presente artigo.

Artigo 100.º

Do não acatamento da ordem de expulsão

1. Quando o árbitro, antes do período regulamentar, der o jogo por terminado, em virtude de um jogador expulso não sair do rectângulo do jogo, depois de frustrada a acção do capitão da equipa e do respectivo delegado ao jogo, a instâncias do árbitro, o Clube de que o mesmo for titular será punido com a pena de DERROTA NO REFERIDO JOGO, E MULTA DE € 100,00 (CEM EUROS) A € 1000,00 (MIL EUROS).

2. Quando qualquer elemento constante da ficha técnica, depois de expulso pelo árbitro, se recusar a abandonar a zona do terreno de jogo e por esse motivo, o árbitro, depois de frustrada a acção do respectivo delegado ao jogo, der o jogo por terminado antes do período regulamentar, o Clube a que o mesmo pertencer será punido com a pena prevista no número anterior.

3. Quando após solicitação do árbitro o capitão de equipa ou o delegado ao jogo se recusarem a actuar no sentido de impedirem a infracção prevista no n.º 1 do presente artigo, é o clube punido nos termos daquele mesmo n.º 1.

Artigo 101.º

Da recusa de designação do capitão e sub-capitão

O Clube que se recuse a designar o capitão e sub-capitão de equipa ou, na falta de ambos, no decurso de um encontro, se recuse a designar o jogador que haverá de substituir o sub capitão é punido com a pena de DERROTA E MULTA DE € 75,00 (SETENTA E CINCO EUROS) A € 500,00 (QUINHENTOS EUROS).

Artigo 102.º

Do atraso no início ou reinício dos jogos

Se as situações previstas no artigo 97.º forem intencionais ou premeditadas ou susceptíveis de causar prejuízos a terceiros ou ocorrerem nas últimas 3 (TRÊS) jornadas e o clube infractor ou o seu adversário estejam posicionados em situação de previsível descida ou subida de divisão, será o Clube punido com a pena de DERROTA E MULTA DE € 250.00 (DUZENTOS E CINQUENTA EUROS) A € 2500.00 (DOIS MIL E QUINHENTOS EUROS).

Artigo 103.º

Da não realização ou conclusão do jogo por inferioridade numérica

Quando o jogo não possa iniciar-se ou concluir-se por uma ou ambas as equipas se terem apresentado ou vierem a encontrar-se em campo em inferioridade numérica, o Clube ou Clubes a que tais situações forem imputáveis são punidos com a pena de DERROTA, MULTA DE € 100,00 (CEM EUROS) A € 1000.00 (MIL EUROS) sendo ainda condenado a pagar as despesas de arbitragem e de organização, além dos prejuízos causados à Associação de Futebol do Algarve, ao Clube adversário e demais entidades lesadas, em função da receita provável.

Artigo 104.º

Do abandono de campo ou mau comportamento colectivo

1. Os Clubes cujas equipas, em jogos oficiais, abandonarem deliberadamente o recinto de jogo depois de este se ter iniciado ou tiverem nele comportamento colectivo que impeça o árbitro de o fazer prosseguir e concluir, serão punidos com a pena de DERROTA E MULTA DE € 100,00 (CEM EUROS) A € 1000,00 (MIL EUROS).

2. Considera-se abandono de campo a saída deliberada de um número de jogadores que impeça a continuação do jogo.

Artigo 105.º

Da falta de comparência aos jogos

1. A falta de comparência não justificada de um Clube a um jogo oficial será punida com a pena de DERROTA E MULTA DE € 100,00 (CEM EUROS) A € 1000,00 (MIL EUROS).
2. Se a falta se verificar em um dos 3 (TRÊS) últimos jogos de uma prova a disputar por pontos, o Clube faltoso será punido com a pena de DESCLASSIFICAÇÃO NA RESPECTIVA PROVA, BAIXA DE DIVISÃO E MULTA DE €500,00 (QUINHENTOS EUROS).
3. A falta não justificada de um Clube a 2(DOIS) jogos oficiais consecutivos ou a 3 (TRÊS) alternados numa prova a disputar por pontos, será punida com a pena de DESCLASSIFICAÇÃO, BAIXA DE DIVISÃO E MULTA DE € 500,00 (QUINHENTOS EUROS)
4. O Clube faltoso será ainda condenado a pagar as despesas de arbitragem e de organização, além dos prejuízos causados à Associação de Futebol do Algarve, ao Clube adversário e demais entidades lesadas, em função da receita provável.
5. Somente justificam a falta a força maior, o caso fortuito e a culpa ou dolo de terceiros que determinem a impossibilidade de comparência.
6. A justificação da falta terá de ser apresentada por escrito e dar entrada nos serviços da Associação de Futebol do Algarve, até ao 2.º (SEGUNDO) dia útil a seguir ao jogo, acompanhada das provas.
7. O Conselho de Disciplina apreciará a justificação do Clube faltoso, na primeira Reunião após a sua apresentação.
8. O Clube que, por qualquer modo, contribuir directamente para que outro Clube pratique as infracções referidas no número anterior é punido com as penas iguais às do infractor.
9. O Clube que proceder da forma indicada, sendo adversário do Clube infractor, perde o direito à compensação por despesas e à indemnização a que se refere o n.º 4 do presente artigo, e será sempre responsável solidariamente com este pelo pagamento das despesas de arbitragem e de organização e pelos prejuízos causados às entidades lesadas.
10. O Clube é considerado responsável, nos termos do n.º 8, pelas faltas cometidas, directa ou indirectamente, por qualquer dos seus dirigentes ou representantes.

Artigo 106.º

Do abandono das competições

1. Os Clubes que dentro do prazo de 30 (TRINTA) dias sobre a data em que ficaram qualificados para concorrerem a provas oficiais de inscrição obrigatória, comunicarem à A.F.A. a sua intenção de não participarem nessas provas, serão punidos com pena de Multa de € 100,00 (CEM EUROS) e ainda Baixa de Divisão e suspensão nessa mesma época.
2. A não confirmação de inscrição dentro dos prazos fixados pela A.F.A. de um clube qualificado para uma prova de inscrição obrigatória, equivale a não participação ou desistência e serão punidos:
 - a) Quando a prova for disputada por pontos, com pena de Baixa de Divisão, suspensão por 2 (DUAS) épocas, contando com a época em questão, e multa de € 500,00 (QUINHENTOS EUROS).
 - b) Quando a prova for disputada por eliminatórias com a pena de multa de € 500,00 (QUINHENTOS EUROS)
3. Os clubes concorrentes a provas de inscrição facultativas poderão desistir das mesmas mediante comunicação por escrito que dê entrada na secretaria da A.F.A. obrigatoriamente até 10 (DEZ) dias da data marcada para o sorteio.
4. Os clubes que qualificados para provas de inscrição obrigatória comunicarem à A.F.A., após o prazo fixado no nº 2 e até 45 (QUARENTA E CINCO) dias antes do sorteio a sua intenção de desistência de participação na mesma, serão punidos com multa de € 250,00 (DUZENTOS E CINQUENTA) euros, baixa de divisão e suspensão na época em questão.
5. Os clubes concorrentes a provas de inscrição facultativa que comunicarem a sua desistência de participação na prova após o prazo fixado no nº 3, e antes do sorteio, serão punidos com multa de € 200,00 (DUZENTOS EUROS)

6. Se a comunicação de desistência ou não participação em prova de inscrição obrigatória for comunicada à A.F.A.:

a) após o prazo fixado no nº 4, e antes da data do sorteio, serão os clubes punidos com multa de € 300,00 (TREZENTOS EUROS), baixa de Divisão e suspensão na época em questão.

b) depois de realizado o sorteio e antes do início da prova, serão os clubes punidos com Multa de € 400,00 (QUATROCENTOS EUROS), baixa de divisão e suspensão na época em questão.

7. Se a comunicação de desistência ou não participação em prova de inscrição facultativa for comunicada à A.F.A.:

a) depois do sorteio e antes do início da prova serão os clubes punidos com pena de € 300,00 (TREZENTOS EUROS)

b) depois do início da prova serão os clubes punidos com pena de 400,00 (QUATROCENTOS EUROS)

8. Se a comunicação de desistência ou não participação em prova de inscrição obrigatória se verificar depois de iniciada a prova, serão punidos com multa de € 500,00 (QUINHENTOS EUROS) e ainda:

a) Quando a prova for disputada por pontos, com pena de Desclassificação, na respectiva prova, Baixa de divisão e suspensão por 2 épocas, contado com a época em curso

b) Quando a prova for disputada por eliminatórias, o Clube será considerado derrotado no jogo ou jogos da eliminatória imediatamente seguinte á comunicação.

9. Nos casos previstos no número anterior o Clube terá ainda, nos jogos com entradas pagas, de INDEMNIZAR o Clube ou Clubes seus adversários que tenham direito a receber a totalidade ou parte da receita dos jogos, com uma importância equivalente à receita provável que lhe caberia, bem como eventuais despesas de arbitragem, de organização, além dos prejuízos causados à Associação de Futebol do Algarve e demais entidades lesadas.

10. As penas de suspensão previstas nos nº 2 a) e nº 8 a) serão reduzidos a 1 época quando o Clube faça prova de que não recebeu subsídios da Câmara Municipal respectiva, referente às inscrições dos atletas em causa ou já devolveu os valores recebidos.

Artigo 107.º

Da inclusão irregular de jogadores ou treinadores

1. O Clube que, em jogos oficiais, mencione na ficha técnica ou utilize jogadores ou treinadores que não estejam em condições legais ou regulamentares habilitados ou autorizados para o representar nesse jogo, será punido com DERROTA E MULTA DE € 100,00 (CEM EUROS) A € 1250,00 (MIL DUZENTOS E CINQUENTA EUROS).

2. Consideram-se nomeadamente em condições não regulamentares:

a) Os jogadores castigados com a pena de suspensão;

b) Os jogadores que não possuam licença, usem licença que não lhes pertença ou a tenham obtido sem preencherem os requisitos regulamentares;

c) Os jogadores que anteriormente, e também em jogos oficiais tenham sido utilizados, quando o intervalo entre os dois jogos for inferior a 15 (QUINZE) horas;

d) Os jogadores inscritos em categoria superior àquela a que respeitem os jogos;

e) Os jogadores que não se tenham submetido a exame pelas entidades médicas competentes ou não tenham sido considerados aptos;

f) Os jogadores que não compareçam aos treinos, jogos ou quaisquer reuniões relacionadas com a representação das selecções distritais, e cuja doença invocada como causa impeditiva não tenha sido confirmada pelo médico das selecções.

g) Os jogadores que, por qualquer outra limitação regulamentar, se encontrem impedidos de participar em determinado jogo;

h) Os treinadores que não disponham de habilitação necessária para poder treinar a equipa em causa, não estejam inscritos e por conseguinte não possuam licença, ou que usem licença que não lhes pertença;

Os treinadores que estejam castigados com pena de suspensão.

Artigo 107.º - A
Não utilização de jogadores formados localmente

O clube que não respeite as disposições regulamentares relativas à inclusão e utilização de jogadores formados localmente na F.P.F. nos respetivos jogos oficiais é sancionado:

- a) na primeira infração da época desportiva, com multa entre €50,00 (CINQUENTA EUROS) e €100,00 (CEM EUROS), por cada jogador em falta.
 - b) na segunda infração da época desportiva, com multa entre €100,00 (CEM EUROS) e €200,00 (DUZENTOS EUROS), por cada jogador em falta.
 - c) na terceira infração da época desportiva, com multa entre €150,00 (CENTO E CINQUENTA EUROS) e €300,00 (TREZENTOS EUROS), por cada jogador em falta.
 - d) na quarta infração e seguintes da época desportiva, com multa entre €150,00 (CENTO E CINQUENTA EUROS) e €300,00 (TREZENTOS EUROS), por cada jogador em falta, e cumulativamente ou com dedução de 3 a 5 pontos na tabela classificativa ou com derrota, consoante se trate de competição, ou fase de competição, por pontos ou por eliminatórias, respetivamente.
2. No caso de a infração prevista na alínea a) do número anterior ser cometida em competição de futsal, o clube é sancionado com multa entre €120,00 (CENTO E VINTE EUROS) e €220,00 (DUZENTOS E VINTE EUROS).

No caso de já ter sido sancionado nos termos do número 1 na mesma época desportiva e de a infração ser cometida em competição de futsal, o clube é sancionado nos termos da alínea d) do número 1.

A redução na sanção de multa prevista no artigo 25.º não é aplicável se a infração for cometida em competições Tipo A ou Tipo B.

Artigo 108.º

Do não prosseguimento do jogo por agressão de jogadores, dirigentes e outros à equipa de arbitragem

Sempre que algum dos elementos da equipa de arbitragem, em virtude de agressão de jogadores, dirigentes, treinadores, secretários ou auxiliares técnicos, médicos, massagistas e funcionários, estejam ou não incluídos nas fichas técnicas fique impossibilitado de prosseguir o jogo e este seja dado por terminado antes do tempo regulamentar, o Clube a que pertença o agressor é punido com a pena de DERROTA, E MULTA DE € 200,00 (DUZENTOS EUROS) A € 2.000,00 (DOIS MIL EUROS), e se for caso disso, condenado a indemnizá-los pelos danos patrimoniais sofridos.

Artigo 108.º-A

Comportamentos discriminatórios

1. O Clube que promova ou consinta qualquer tipo de conduta, escrita ou oral, por qualquer meio que atente contra a dignidade humana em função da raça, língua, origem étnica, religião, sexo ou orientação sexual, ou qualquer outro comportamento racista ou xenófobo, é sancionado com a realização de 2 (DOIS) a 5 (CINCO) jogos à porta fechada e, acessoriamente, com MULTA DE € 250,00 (DUZENTOS E CINQUENTA EUROS) A € 2.500,00 (DOIS MIL E QUINHENTOS EUROS).
2. Em caso de reincidência, o Clube é sancionado com a realização de 3 (TRÊS) a 8 (OITO) jogos à porta fechada e, acessoriamente, com MULTA DE € 400,00 (QUATROCENTOS EUROS) A € 4.000,00 (QUATRO MIL EUROS).
3. Independentemente de culpa, o Clube de cujos agentes desportivos pratiquem os factos previstos no n.º 1 deste artigo é sancionado com a realização de 1 (UM) jogo à porta fechada e, acessoriamente, com MULTA DE € 100,00 (CEM EUROS) A € 1.000,00 (MIL EUROS).

4. Aos Clubes cujas equipas forem visadas pelos comportamentos referidos nos números anteriores não é lícito o abandono não autorizado do campo ou a tomada de qualquer atitude de protesto, na sequência dos ditos comentários.

Artigo 109.º

Da recusa de cedência de campos, jogadores e outros elementos para as Selecções Distritais

1. O Clube que se recusar a ceder, sem justificação aceite pela Direcção da Associação de Futebol do Algarve, os seus campos, devidamente requisitados pela Associação de Futebol do Algarve, para neles se realizarem jogos, treinos ou quaisquer reuniões relacionadas com a representação das Selecções Distritais será punido com a pena de MULTA DE € 125,00 (CENTO E VINTE E CINCO EUROS) A € 1.250,00 (MIL DUZENTOS E CINQUENTA EUROS).

2. O Clube que se recusar, sem justificação aceite pela Direcção da Associação de Futebol do Algarve, a ceder os seus técnicos, jogadores e outros elementos devidamente requisitados ou convocados pela Associação de Futebol do Algarve, para jogos, treinos ou quaisquer reuniões relacionadas com a representação das Selecções Distritais será punido com a pena de MULTA DE € 125,00 (CENTO E VINTE E CINCO EUROS) A € 1.250,00 (MIL DUZENTOS E CINQUENTA EUROS).

Artigo 110.º

Da fraude na celebração dos contratos

O Clube que, nos processos relativos à celebração, alteração ou extinção dos contratos ou compromissos desportivos, actuar simulada ou fraudulentamente ao estabelecido na Lei, regulamentos desportivos ou contratação colectiva será punido com a pena de MULTA DE € 200,00 (DUZENTOS EUROS) A € 2.000,00 (DOIS MIL EUROS).

Artigo 111.º

Da coacção

1. Os Clubes que, exerçam violências físicas ou morais sobre dirigentes, jogadores, treinadores, secretários ou auxiliares técnicos, preparadores físicos, médicos, massagistas, funcionários e delegados ao jogo do Clube adversário que ocasionem inferioridade na sua representação, aquando dos jogos oficiais ou contribuam para o desenrolar destes em condições anormais, são punidos com a pena de MULTA DE € 100,00 (CEM EUROS) A € 1.000,00 (MIL EUROS) e ainda:

a) Se a falta se verificar tendo em vista qualquer dos jogos de uma prova a disputar por pontos, com a pena de DESCLASSIFICAÇÃO, na respectiva prova, de BAIXA DE DIVISÃO e ainda com a pena de DERROTA NESSE JOGO se o Clube for interveniente no mesmo.

b) Se a falta for cometida tendo em vista qualquer dos jogos de uma prova a disputar por eliminatórias, com a pena de BAIXA DE DIVISÃO e com a pena de DERROTA NESSE JOGO, se o Clube for interveniente no mesmo.

2. Idênticas penas serão aplicadas se os factos referidos no número anterior forem cometidos sobre qualquer elemento da equipa de arbitragem com o fim de, por qualquer forma, ocasionarem condições anormais na direcção do encontro com consequências no resultado ou levarem o árbitro a falsear, por qualquer modo, o conteúdo do boletim do encontro.

3. Os Clubes consideram-se responsáveis nos termos dos números anteriores pelos factos cometidos, directa ou indirectamente, por qualquer dos seus dirigentes, representantes ou funcionários.

Artigo 112.º
Da corrupção da equipa de arbitragem

1. O Clube que através de dádivas, presentes, ofertas, promessas de recompensas, ou de qualquer vantagem patrimonial ou não patrimonial a qualquer elemento da equipa de arbitragem, solicitar uma actuação daqueles por forma a que um jogo decorra em condições anormais ou com consequências no seu resultado ou que seja falseado o boletim do encontro será punido com a pena de MULTA DE € 500,00 (QUINHENTOS EUROS) A € 5.000,00 (CINCO MIL EUROS) e ainda:

a) Se a falta se verificar tendo em vista qualquer dos jogos de uma prova a disputar por pontos, com a pena de DESCLASSIFICAÇÃO NA RESPECTIVA PROVA, BAIXA DE DIVISÃO E DERROTA NESSE JOGO, se o Clube for interveniente no mesmo.

b) Se a falta for cometida tendo em vista qualquer dos jogos de uma prova a disputar por eliminatórias, com a pena de BAIXA DE DIVISÃO E DERROTA NESSE JOGO, se o Clube for interveniente no mesmo.

2. Os Clubes são considerados responsáveis nos termos do número anterior pelos factos cometidos, directa ou indirectamente, por qualquer dos seus dirigentes ou representantes.

Artigo 113.º
Da corrupção dos Clubes, jogadores e outros agentes desportivos

Os Clubes que, derem ou aceitarem recompensa ou promessa de recompensa a Clubes, jogadores, treinadores, secretários ou auxiliares técnicos, médicos, massagistas e demais agentes desportivos, ou que façam ou intervenham em acordos com vista à obtenção de um resultado irregular, quer seja pela actuação anómala de uma ou ambas as equipas contendoras ou de algum dos seus jogadores, quer pela dolosa utilização irregular de qualquer um destes, quer pela apresentação de uma equipa notoriamente inferior ao habitual ou outro procedimento conducente ao mesmo propósito são punidos com a pena de MULTA DE € 500,00 (QUINHENTOS EUROS) A € 5.000,00 (CINCO MIL EUROS) e ainda:

a) Se a falta se verificar tendo em vista qualquer dos jogos de uma prova a disputar por pontos, com a pena de DESCLASSIFICAÇÃO, na respectiva prova, com a pena de BAIXA DE DIVISÃO e de DERROTA NESSE JOGO, se o Clube for interveniente no mesmo.

b) Se a falta for cometida tendo em vista qualquer dos jogos de uma prova a disputar por eliminatórias, com a pena de BAIXA DE DIVISÃO e de DERROTA NESSE JOGO, se o Clube for interveniente no mesmo.

2. Os Clubes consideram-se responsáveis nos termos dos números anteriores pelos factos cometidos, directa ou indirectamente, por qualquer dos seus dirigentes ou representantes.

CAPÍTULO VIII
DAS FALTAS ESPECÍFICAS DOS ÁRBITROS E ÁRBITROS ASSISTENTES

SECÇÃO I
DAS FALTAS DISCIPLINARES LEVES

Artigo 114.º
Da desobediência às ordens e instruções da entidade competente

1. Os árbitros e árbitros assistentes que, injustificadamente, não assistam às acções de formação técnica ou que não compareçam às provas de aptidão física e técnica para que foram convocados são punidos com a pena de MULTA DE € 10,00 (DEZ EUROS) A € 125,00 (CENTO E VINTE E CINCO EUROS) podendo ainda ser aplicada a pena acessória de SUSPENSÃO ATÉ 30 (TRINTA) DIAS, elevando-se para o dobro em caso de reincidência.

2. Os árbitros e árbitros assistentes que, injustificadamente, compareçam com atraso nos locais de prestação de provas previamente designados são punidos com a pena de MULTA DE € 10,00 (DEZ EUROS) A € 75,00 (SETENTA E CINCO EUROS) podendo ainda ser aplicada a pena acessória de SUSPENSÃO ATÉ 15 (QUINZE) DIAS elevando-se para o dobro em caso de reincidência.

3. Os árbitros e árbitros assistentes que, injustificadamente, não compareçam nos locais de prestação de provas previamente designados, são punidos com a pena de MULTA DE € 10,00 (DEZ EUROS) A € 125,00 (CENTO E VINTE E CINCO EUROS) podendo ainda ser aplicada a pena acessória de SUSPENSÃO ATÉ 30 (TRINTA) DIAS, elevando-se para o dobro em caso de reincidência.

Artigo 115.º

Do comportamento incorrecto

Os árbitros e árbitros assistentes que se dirijam de forma menos correcta e educada aos membros dos órgãos da estrutura desportiva, dirigentes de Clubes, outros árbitros e árbitros assistentes, jogadores, treinadores e demais agentes desportivos e espectadores são punidos com a pena de MULTA DE € 10,00 (DEZ EUROS) A € 250,00 (DUZENTOS E CINQUENTA EUROS) podendo ainda ser aplicada a pena acessória de SUSPENSÃO ATÉ 60 (SESSENTA) DIAS, elevando-se para o dobro em caso de reincidência.

Artigo 116.º

Do não cumprimento dos seus deveres

Os árbitros ou árbitros assistentes que adoptem uma atitude passiva ou negligente perante comportamentos incorrectos e anti desportivos dos membros das equipas participantes são punidos com a pena de MULTA DE € 10,00 (DEZ EUROS) A € 250,00 (DUZENTOS E CINQUENTA EUROS) podendo ainda ser aplicada a pena acessória de SUSPENSÃO ATÉ 60 (SESSENTA) DIAS, elevando-se para o dobro em caso de reincidência.

Artigo 117.º

Dos erros nos relatórios e no atraso no seu envio

Os Árbitros que elaborem os seus relatórios de forma negligente, defeituosa ou incompleta ou que não os remetam à entidade organizadora dentro dos prazos regulamentarmente estabelecidos são punidos da seguinte forma:

- a) Aquando da primeira infração serão punidos com pena de advertência.
- b) Aquando do segundo incumprimento serão punidos com Pena de multa no valor correspondente a 50% do valor do prémio de jogo do escalão em questão.
- c) Aquando da terceira infração e seguintes (dentro da mesma época desportiva) serão punidos com a Pena de multa no valor correspondente a 100 % do prémio de jogo do escalão em questão.

Às punições acima constantes pode ainda ser aplicada a pena acessória de SUSPENSÃO ATÉ 30 (trinta) dias.

Artigo 118.º

Do atraso no início dos jogos

Os árbitros e árbitros assistentes que, sem qualquer motivo justificado, atrasem o início ou reinício dos jogos são punidos com a pena de MULTA DE € 10,00 (DEZ EUROS) A € 125,00 (CENTO E VINTE E CINCO EUROS) podendo ainda ser aplicada a pena acessória de SUSPENSÃO ATÉ 30 (TRINTA) DIAS, elevando-se para o dobro em caso de reincidência.

Artigo 119.º
Da não utilização de equipamento

Os árbitros e árbitros assistentes que, injustificadamente, não utilizem os equipamentos oficialmente aprovados, são punidos com a pena de MULTA DE € 10,00 (DEZ EUROS) A € 125,00 (CENTO E VINTE E CINCO EUROS) podendo ainda ser aplicada a pena acessória de SUSPENSÃO ATÉ 30 (TRINTA) DIAS, elevando-se para o dobro em caso de reincidência.

Artigo 120.º
Do incumprimento dos deveres em geral

O incumprimento pelos árbitros dos deveres previstos no Regulamento de Arbitragem e demais Regulamentação desportiva para o qual não estejam previstas sanções específicas nas normas do presente Regulamento, são punidos com a pena de MULTA DE € 10,00 (DEZ EUROS) A € 125,00 (CENTO E VINTE E CINCO EUROS) podendo ainda ser aplicada a pena acessória de SUSPENSÃO ATÉ 30 (TRINTA) DIAS, elevando-se para o dobro em caso de reincidência.

SECÇÃO II
DAS FALTAS DISCIPLINARES GRAVES

Artigo 121.º
Das nomeações ou a sua troca não autorizada

Os árbitros ou árbitros assistentes que apresentem falsas declarações para evitar nomeações de jogos para que foram designados ou que troquem nomeações sem consentimento expresso do Conselho de Arbitragem são punidos com a pena de MULTA DE € 15,00 (QUINZE EUROS) A € 375,00 (TREZENTOS E SETENTA E CINCO EUROS) podendo ainda ser aplicada a pena acessória de SUSPENSÃO ATÉ 90 (NOVENTA) DIAS, elevando-se para o dobro em caso de reincidência.

Artigo 122.º
Da falta injustificada a um jogo

1. Os árbitros ou árbitros assistentes que faltem a um jogo para o qual hajam sido nomeados e não justifiquem a falta, ou podendo-o fazer, não informem o Conselho de Arbitragem do seu impedimento em tempo de este proceder à sua substituição, são punidos com a pena de MULTA DE € 15,00 (QUINZE EUROS) a € 375,00 (TREZENTOS E SETENTA E CINCO EUROS) podendo ainda ser aplicada a pena acessória de SUSPENSÃO ATÉ 90 (NOVENTA) DIAS, elevando-se para o dobro em caso de reincidência.
2. Caso os árbitros ou os árbitros assistentes que faltem a um jogo para que hajam sido nomeados, apresentem, em tempo, uma justificação para a falta cujos motivos invocados não sejam considerados válidos ou atendíveis, são punidos com a pena de MULTA DE € 10,00 (DEZ EUROS) a € 200,00 (DUZENTOS EUROS) podendo ainda ser aplicada a pena acessória de SUSPENSÃO ATÉ 60 (SESSENTA) DIAS, elevando-se para o dobro em caso de reincidência.

Artigo 123.º
Da falta de informação

Os árbitros que omitam deliberadamente nos seus relatórios factos ocorridos antes ou depois do jogo ou, solicitados a informar a entidade competente, o não façam, são punidos com a pena de MULTA DE € 15,00 (QUINZE EUROS) A € 375,00 (TREZENTOS E SETENTA E CINCO EUROS) podendo ainda ser aplicada a pena acessória de SUSPENSÃO ATÉ 90 (NOVENTA) DIAS, elevando-se para o dobro em caso de reincidência.

Artigo 124.º
Da interrupção injustificada de um jogo

O árbitro que injustificadamente não inicie um jogo ou lhe ponha termo antes do tempo regulamentar é punido com a pena de MULTA DE € 15,00 (QUINZE EUROS) A € 375,00 (TREZENTOS E SETENTA E CINCO EUROS) podendo ainda ser aplicada a pena acessória de SUSPENSÃO ATÉ 90 (NOVENTA) DIAS, elevando-se para o dobro em caso de reincidência.

Artigo 125.º
Dos erros graves na elaboração dos relatórios

O árbitro que, na elaboração do seu relatório, incorra em erros dos quais resultem prejuízos graves é punido com a pena de MULTA DE € 15,00 (QUINZE EUROS) A € 375,00 (TREZENTOS E SETENTA E CINCO EUROS) podendo ainda ser aplicada a pena acessória de SUSPENSÃO DE 1 (UM) MÊS A 3 (TRÊS) MESES, elevando-se para o dobro em caso de reincidência.

Artigo 126.º
Das ameaças, injúrias e ofensas à reputação

Os árbitros ou árbitros assistentes que tenham procedimentos que atentem gravemente contra a dignidade do Árbitro e prestígio da Arbitragem, que ameacem, desrespeitem ou usem de expressões, desenhos, escritos ou gestos injuriosos, difamatórios ou grosseiros, gestos ameaçadores ou actos que traduzam tentativa de agressão, devidamente comprovados, contra árbitros ou árbitros assistentes, delegados técnicos, membros integrados na hierarquia do Futebol, individualmente ou por representação orgânica, dirigentes, jogadores, treinadores e demais agentes desportivos, são punidos com a pena de MULTA DE € 15,00 (QUINZE EUROS) A € 375,00 (TREZENTOS E SETENTA E CINCO EUROS) podendo ainda ser aplicada a pena acessória de SUSPENSÃO ATÉ 90 (NOVENTA) DIAS, elevando-se para o dobro em caso de reincidência.

Artigo 126.º-A
Da comparência e declarações em processos

Os árbitros ou árbitros assistentes que, devidamente notificados, não compareçam para prestar declarações em processos instaurados pelos órgãos competentes são punidos com a pena de MULTA DE € 15,00 (QUINZE EUROS) A € 250,00 (DUZENTOS E CINQUENTA EUROS) podendo ainda ser aplicada a pena acessória de SUSPENSÃO DE 15 (QUINZE) DIAS A 2 (DOIS) MESES, elevando-se para o dobro em caso de reincidência.

SECÇÃO III
DAS FALTAS DISCIPLINARES MUITO GRAVES

Artigo 127.º

Da falsificação do relatório ou das falsas declarações em processos

Os árbitros que, no seu relatório ou em declarações prestadas no decurso de processo de inquérito ou disciplinar em que não sejam arguidos, intencionalmente alterem, deturpem, falsifiquem ou omitam os factos ocorridos no jogo ou prestem falsas declarações, utilizem documentos falsos, ou actuem simulada e fraudulentamente ao estabelecido na legislação desportiva, são punidos com a pena de MULTA DE € 10,00 (DEZ EUROS) A € 2500,00 (DOIS MIL E QUINHENTOS EUROS) E SUSPENSÃO DE 15 (QUINZE) DIAS A 2 (DOIS) ANOS.

Artigo 128.º

Das agressões

Os árbitros ou árbitros assistentes que, no exercício das suas funções ou por causa delas, agridam árbitros ou árbitros assistentes, delegados técnicos, membros dos órgãos da estrutura desportiva, dirigentes, jogadores, treinadores e demais agentes desportivos, funcionários dos Clubes, agentes de autoridade ou espectadores são punidos com a pena de MULTA DE € 20,00 (VINTE EUROS) A € 3750,00 (TRÊS MIL SETECENTOS E CINQUENTA EUROS) E SUSPENSÃO DE 1 (UM) A 3 (TRÊS) ANOS.

Artigo 129º

Da coacção

Os árbitros ou árbitros assistentes que exerçam violências físicas ou morais sobre árbitros e árbitros assistentes, delegados técnicos, jogadores, treinadores, secretários ou auxiliares técnicos, preparadores físicos, médicos, massagistas, funcionários e delegados ao jogo de Clubes, que ocasionem inferioridade na representação de uma equipa, aquando dos jogos e contribuam para o desenrolar destes em condições anormais são punidos com a pena de MULTA DE € 20,00 (VINTE EUROS) A € 3750,00 (TRÊS MIL SETECENTOS E CINQUENTA EUROS) E SUSPENSÃO DE 1 (UM) A 3 (TRÊS) ANOS.

Artigo 130.º

Da corrupção

São punidos com a pena de MULTA DE € 20,00 (VINTE EUROS) A € 10000,00 (DEZ MIL EUROS) E SUSPENSÃO DE 2 (DOIS) A 8 (OITO) ANOS, os árbitros e árbitros assistentes que:

- a) Através de dádivas, presentes, ofertas, recompensas, promessas de recompensas ou de qualquer vantagem patrimonial ou não patrimonial proveniente de árbitros, árbitros assistentes, delegados técnicos, Clubes, jogadores, delegados, treinadores, preparadores físicos, secretários técnicos, auxiliares técnicos, médicos, massagistas, empregados de Clubes, seccionistas e outros intervenientes no espectáculo desportivo, actuem por forma a que um jogo decorra em condições anormais, ou com consequências no seu resultado ou que seja falseado o boletim do encontro;
- b) Derem ou aceitem recompensa ou promessa de recompensa para os fins referidos na alínea anterior ou que façam ou intervenham em acordos com vista à obtenção de um resultado irregular.

CAPÍTULO IX

DAS FALTAS DOS DELEGADOS TÉCNICOS

DISPOSIÇÃO GERAL

Artigo 131.º

Remissão para os factos dos árbitros

Os delegados técnicos que pratiquem as infracções mencionadas nos artigos aplicáveis às suas funções, previstas na secção anterior, são punidos com as respectivas penas neles estabelecidas.

CAPÍTULO X

DO PROCEDIMENTO DISCIPLINAR

SECÇÃO I DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 132.º

Natureza do procedimento disciplinar

O procedimento disciplinar é o meio de efectivar a responsabilidade disciplinar.

Artigo 133.º

Natureza do inquérito

O processo de inquérito tem por finalidade a averiguação de factos determinados e a identificação dos seus autores.

Artigo 134.º

Da instauração do procedimento disciplinar ou processo de inquérito

1. O procedimento disciplinar ou o processo de inquérito iniciam-se por impulso do Conselho de Disciplina ou sob requerimento de interessado.
2. Para além dos casos de promoção oficiosa, em conformidade com o disposto no n.º 2 do artigo 5.º, a deliberação de instauração de procedimento disciplinar ou processo de inquérito pode ter lugar com base no relatório do árbitro, do relatório das forças policiais ou na sequência de denúncia fundamentada.

Artigo 135.º

Prazos

A tramitação do processo disciplinar e de inquérito far-se-á de acordo com os prazos estabelecidos neste Regulamento, sem prejuízo de, concorrendo circunstâncias excepcionais no decurso da instrução, o Conselho de Disciplina poder deliberar a sua ampliação.

Artigo 136.º
Base das deliberações

O Conselho de Disciplina deliberará tendo por base o relatório da equipa de arbitragem, que se presume verdadeiro, bem como os meios de prova em Direito permitidos.

Artigo 137.º
Forma das deliberações

1. As deliberações sobre infracções disciplinares que não fiquem a constar de processos devem ser sempre tipificadas nos competentes mapas de castigos a publicar em Comunicado Oficial da Associação de Futebol do Algarve.
2. As deliberações do Conselho de Disciplina em processos disciplinares devem ser fundamentadas de facto e de direito, revestindo a forma de Acórdão, assinado por todos os membros presentes.

Artigo 138.º
Do contencioso

A instrução de processos disciplinares e de inquérito compete aos Instrutores nomeados pela Direcção.

Artigo 139.º
Formas de procedimento disciplinar

1. O procedimento disciplinar poderá assumir a forma de processo disciplinar ou sumário.
2. O processo disciplinar aplica-se às infracções disciplinares quando a sanção a aplicar possa determinar:
 - a) a suspensão de actividade por período superior a 4 (QUATRO) jogos ou 6 (SEIS) meses;
 - b) a aplicação de pena de multa superior a € 500,00 (QUINHENTOS EUROS);
 - c) Pena de derrota, desclassificação ou descida de divisão.
3. O processo sumário aplica-se às infracções não previstas no número anterior e ainda às infracções previstas no número anterior quando o Conselho de Disciplina entenda que no caso concreto não deva ser aplicada pena superior aos limites ali previstos ou, no caso da pena de derrota quando a decisão da causa revista manifesta simplicidade ou não careça de produção de prova.

SECÇÃO II DO PROCESSO DISCIPLINAR

Artigo 140.º Disposições gerais

1. O processo disciplinar é instaurado por deliberação exclusiva do Conselho de Disciplina.
2. O Instrutor poderá ordenar, oficiosamente, as diligências e os actos necessários à descoberta da verdade material, em conformidade com os princípios gerais de direito processual penal.
3. O processo disciplinar é de investigação sumária e não depende de formalidades especiais, salvo a audiência do arguido, devendo só proceder-se às diligências estritamente necessárias para apuramento dos factos típicos da infracção disciplinar.
4. A forma dos actos, quando não estiver expressamente regulada, ajustar-se-á ao fim que se tem em vista e limitar-se-á ao indispensável para atingir essa finalidade.
5. O processo disciplinar é de natureza secreta até à acusação.
6. O arguido poderá, nos termos gerais de direito, constituir advogado em qualquer fase do processo.
7. O relatório da equipa de arbitragem, bem como das forças de segurança, relativamente a infracções cometidas no âmbito das faltas dos espectadores, constituem meio documental necessário no conjunto das provas relativas às infracções disciplinares.
8. Quando da instauração do processo disciplinar implique a suspensão preventiva do arguido, esta será sempre tida em conta na pena a aplicar.

SECÇÃO III DA INSTRUÇÃO E ACUSACÃO

Artigo 141.º Da instrução e acusação

1. Recolhidos todos os elementos a que se refere o n.º 7 do artigo anterior e desde que estes sejam devidamente esclarecedores quanto à sua definição, identificação do arguido e dos elementos típicos da infracção, bem como das circunstâncias em que a mesma decorreu, seu tempo e modo, o Instrutor deduzirá a respectiva acusação.
2. A acusação referida no número anterior, deverá ser feita no prazo máximo de 15 (QUINZE) dias.
3. Na acusação, o Instrutor deduzirá concretamente os factos cometidos pelo arguido e indicará as disposições regulamentares infringidas, referindo nos termos regulamentares a pena a aplicar.
4. Se o Instrutor entender que os factos constantes dos autos não constituem infracção disciplinar, que não foi o arguido o agente da infracção ou que não é de exigir responsabilidade disciplinar, elaborará relatório e remetê-lo-á imediatamente, com o respectivo processo, ao Conselho de Disciplina, propondo o arquivamento.

Artigo 142.º
Notificação da acusação

A acusação será notificada ao arguido, marcando-se-lhe um prazo de 4 (QUATRO) dias para apresentar a sua defesa escrita, podendo o arguido ou quem o representar, examinar, dentro desse prazo, o processo na sede da Associação de Futebol do Algarve, não lhe sendo, no entanto, permitido fotocopiar peças do mesmo.

SECÇÃO IV
DA DEFESA

Artigo 143.º
Da resposta do arguido

1. Na resposta deve o arguido expor com clareza e concisão os factos e as razões da sua defesa.
2. A falta de apresentação de defesa dentro do prazo regulamentar vale como efectiva audiência do arguido.

Artigo 144.º
Produção de prova pelo arguido

1. Com a defesa, o arguido pode indicar testemunhas, juntar documentos ou requerer outras diligências probatórias.
2. Não podem ser oferecidas mais de 3 (TRÊS) testemunhas por cada facto, com o limite máximo de 9 (NOVE) testemunhas.
3. Caso o arguido apresente mais de 3 (TRÊS) testemunhas sem especificar os factos sobre os quais cada uma irá ser inquirida, só serão consideradas as 3 (TRÊS) primeiras testemunhas oferecidas.
4. As testemunhas não são notificadas para inquirição, estando a cargo do arguido a sua apresentação, não sendo permitido o adiamento ou a renovação do seu depoimento.
5. A instrução dos processos, designadamente a inquirição das testemunhas, realizar-se-á na sede da Associação de Futebol do Algarve.

SECÇÃO V
DA DECISÃO FINAL

Artigo 145.º
Relatório do instrutor

Terminada a produção de prova, o instrutor elabora, no prazo de 15 (QUINZE) dias um relatório, do qual devem constar os factos cuja existência considera provada, a sua qualificação e a pena aplicável.

Artigo 146.º
Da decisão final

A decisão final é elaborada sob a forma de Acórdão, de acordo com a posição que obtiver vencimento.

Artigo 147.º
Notificação da decisão

A decisão final, acompanhada de cópia do Acórdão referida no numero anterior é notificada ao arguido.

Artigo 148.º
Custas

Sempre que haja condenação por infração disciplinar, os infractores estão sujeitos também à condenação em custas, definidas no Regulamento de Custas do Conselho de Disciplina.

SECÇÃO VI
DO PROCESSO SUMÁRIO

Artigo 149.º
Regime

1. As deliberações sobre as infracções e correspondentes penas a que se refere o n.º 3 do artigo 139º, são tomadas nas Reuniões Ordinárias semanais do Conselho de Disciplina.
2. Das deliberações em processo sumário será sempre dado cumprimento ao disposto no n.º 1 do artigo 137.º.

SECÇÃO VII
DO PROCESSO DE INQUÉRITO

Artigo 150.º
Natureza

Para efeitos de inequívoca qualificação e determinação das ocorrências eventualmente integrativas de infração disciplinar e seus autores, pode o Conselho de Disciplina, por sua iniciativa ou a requerimento de interessados, promover a instauração de processo de inquérito.

Artigo 151.º
Instrução

São aplicáveis à instrução dos processos de inquérito, com as necessárias adaptações, as disposições relativas ao processo disciplinar.

Artigo 152.º
Relatório

Terminada a instrução, o inquiridor elabora relatório, propondo o arquivamento ou a instauração de procedimento disciplinar.

Artigo 153.º
Recurso

Da decisão do Conselho de Disciplina em ordenar a instauração de procedimento disciplinar não cabe recurso.

Artigo 154.º
Conversão em processo disciplinar

1. Se se apurar a existência de infração disciplinar, o Conselho de Disciplina pode deliberar que o processo de inquérito em que o arguido tenha sido ouvido fique a constituir a parte instrutória do processo disciplinar.
2. No caso previsto no número anterior, a data de instauração do inquérito fixa o início do procedimento disciplinar.

SECÇÃO VIII DOS RECURSOS

Artigo 155.º Princípio geral

1. Das decisões proferidas em processo disciplinar cabe sempre recurso de anulação para o Conselho de Justiça da Associação de Futebol do Algarve, patrocinado por mandatário judicial, nos termos fixados no seu Regimento.
2. Das decisões proferidas em processo sumário cabe recurso de revisão para o Conselho de Disciplina da Associação de Futebol do Algarve, nos termos fixados no seu Regimento.

Artigo 156.º Da consulta dos processos

Os interessados ou seus representantes poderão consultar na Secretaria da Associação de Futebol do Algarve, durante o período normal de funcionamento da Secretaria, todos os documentos que não se encontrem em segredo de justiça nos processos donde constem as deliberações disciplinares de que pretendem recorrer ou hajam recorrido, não lhes sendo, no entanto permitido fotocopiar peças do mesmo.

Artigo 157.º Tramitação

1. O prazo para apresentação dos recursos é de 5 dias úteis.
2. O requerimento de recurso de revisão é dirigido ao Conselho de Disciplina, conjuntamente com os meios de prova oferecidos, devendo ao mesmo tempo ser pago as custas de preparo dos processos.
3. O requerimento de recurso de anulação é dirigido ao Conselho de Justiça e, após recepção e previamente à subida, é remetido ao Conselho de Disciplina que tem a faculdade de reparar ou manter a decisão devendo fazê-lo na primeira reunião ordinária seguinte ao recebimento.
4. Quando o Conselho de Disciplina mantiver a decisão proferida, o processo vai com vista ao Instrutor para, querendo, se pronunciar no prazo de 3 (TRÊS) dias, após o que sobe ao Conselho de Justiça.
5. Os casos não especialmente previstos na presente secção, regem-se pelo disposto nos Regimentos dos Conselhos de Disciplina ou de Justiça, consoante se trate de recurso de revisão ou recurso de anulação.

SECÇÃO IX

Artigo 158.º Casos omissos

Os casos omissos regem-se pelo disposto no Regulamento de Disciplina da Federação Portuguesa de Futebol.

REGULAMENTO DE CUSTAS

PROCESSOS DISCIPLINARES, PROTESTOS E RECURSOS

Todos os Processos estão sujeitos a custas.

As custas compreendem:

1. – Imposto de Justiça,

- a) Seniores - € 75,00
- b) Juniores, Juvenis e Iniciados - € 40,00
- c) Infantis e Escolas - € 20,00

2.– Despesas com expediente, Secretaria e as demais inerentes ao Processo, designadamente as do Instrutor/Inquiridor:

1 Processo com 1 Arguido, por arguido:

- a) -Seniores - € 50,00
- b) -Juniores, Juvenis e Iniciados - € 30,00
- c) -Infantis e Escolas - € 20,00

1 Processo com 2 Arguidos, por arguido:

- a) -Seniores - € 30,00
- b) -Juniores, Juvenis e Iniciados - € 20,00
- c) -Infantis e Escolas - € 10,00

1 Processo com 3 ou mais Arguidos, por arguido:

- a) -Seniores - € 20,00
- b) -Juniores, Juvenis e Iniciados - € 10,00
- c) -Infantis e Escolas - € 5,00

Custas prováveis a depositar como preparo em processos de Protesto ou Recurso para os Órgãos Jurisdicionais da A.F.A.:

Protestos

- a) -Seniores - € 150,00
- b) -Juniores, Juvenis e Iniciados - € 100,00
- d) -Infantis e Escolas - € 75,00

Recursos

- a) -Seniores - € 250,00
- b) -Juniores, Juvenis e Iniciados - € 200,00
- e) -Infantis e Escolas - € 150,00

NOTA: O Termo “Clubes” abrange também os seus Dirigentes, Treinadores, Secretários-Técnicos, Médicos Enfermeiros, Massagistas, Auxiliares Técnicos e Funcionários.



Associação de Futebol do Algarve
Instituição de Utilidade Pública